

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**  
**INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA**  
**AGRÁRIA - INCRA**

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SANTARÉM**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

**MARÇO/2009**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**  
**INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA**  
**AGRÁRIA - INCRA**

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SANTARÉM**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

**Santarém, 31/03/2010.**

## Sumário

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual .....	5
2. Objetivos e metas institucionais .....	6
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas. ....	6
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	7
2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	9
2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento .....	10
2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento .....	11
2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa.....	13
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade .....	14
2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais.....	14
Principais Ações do Programa .....	15
2.3.1.6 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária .....	24
Principais Ações do Programa.....	25
2.3.2 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas 46	
Principais Ações do Programa .....	47
2.3.3 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário .....	60
Principais Ações do Programa .....	61
2.3.4 Programa 1120 – Paz no Campo.....	63
Principais Ações do Programa .....	64
2.3.5 Programa 1336 – Brasil Quilombola .....	66
Principais Ações do Programa .....	67
2.3.6 Programa 1350 – Educação no Campo.....	71
Principais Ações do Programa .....	72
Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura .....	80
Principais Ações do Programa .....	81
Programa 0750 – Apoio Administrativo .....	85
Principais Ações do Programa .....	86
2.4 Desempenho Operacional.....	89
2.4.1. Programação Orçamentária .....	89
2.4.2 Execução Orçamentária.....	91

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação .....	91
<b>2.4.3. Evolução de Gastos Gerais</b> .....	94
<b>2.4.5. Indicadores de Desempenho</b> .....	95
<b>3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos</b> .....	96
3.1 Composição dos Recursos Humanos.....	96
3.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos .....	96
3.1.2 Composição e custos de Recursos Humanos .....	97
3.2 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra.....	99
3.3 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir .....	100
3.4 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos.....	101
<b>4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos</b> .....	103
<b>5. Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores</b> .....	104
<b>6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício</b> .....	106
<b>7. Previdência Complementar Patrocinada</b> .....	108
<b>8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos</b> .....	109
<b>9. Renúncias tributárias</b> .....	110
<b>10. Operações de fundos</b> .....	111
<b>11 A. Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno</b> .....	112
<b>11B. Determinações e recomendações do TCU</b> .....	113
<b>12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício</b> .....	114
<b>13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV</b> .....	115
<b>14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão</b> .....	116
<b>15. Informações Contábeis da Gestão</b> .....	117
<b>16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins</b> .....	118

# 1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério do Desenvolvimento Agrário		<b>Código SIORG:</b> 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b> Superintendência Regional de Santarém			
<b>Denominação abreviada:</b> SR – 30/STA			
<b>Código SIORG:</b> 22125	<b>Código LOA:</b> 49.201	<b>Código SIAFI:</b> 373037	
<b>Situação:</b> Ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Autarquia			
<b>Principal Atividade:</b> Administração Pública em Geral			<b>Código CNAE:</b> 84.11-6-00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(93) 3523-5381	(93) 3523 - 1296	(93) 3523 - 2875
<b>Endereço eletrônico:</b> incra.sr30@sta.incra.gov.br			
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.incra.gov.br">http://www.incra.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Avenida Rui Barbosa, nº. 1325, bairro Centro, CEP. 68.005-080, Santarém – PA.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Portaria/INCRA/P/Nº. 284, de 30 de maio de 2005, publicado no DUO Nº. 102, de 31 de maio de 2005 – Criação.			
...			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº. 6.812, de 03 de abril de 2009 e Portaria nº. 20, de 08 de abril de 2009 – Regimento Interno.			
...			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Inexistente.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
373032	UA Altamira		
373034	UA Monte Alegre		
373033	UA Cachimbo		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica a natureza da UJ.			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
Não se aplica a natureza da UJ.			

## **2. Objetivos e metas institucionais**

### **2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.**

“O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, criada pelo Decreto-Lei nº. 1.110 de 09/07/1970, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e jurisdição em todo o território nacional.”

“O INCRA tem os direitos, competências, atribuições e responsabilidades estabelecidas na Lei nº. 4.504 de 30/11/1964 (Estatuto da Terra) e legislação complementar, em especial a promoção e a execução da reforma agrária e da colonização.”

“As Superintendências Regionais são órgãos descentralizados, os quais competem coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, tecnologia da informação, modernização administrativa e garantia da manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informações do INCRA.”

I. Promover e executar a reforma agrária visando a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios da justiça social;

II. Promover, coordenar, controlar e executar a colonização;

III. Promover as medidas necessárias à discriminação e arrecadação das terras devolutas federais e a sua destinação, visando incorporá-las ao sistema produtivo;

IV. Gerenciar a estrutura fundiária do país.

Regimento Interno - Portaria N° 20 de 8/4/2009.

## **2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.**

O principal elemento definidor da estratégia de atuação da SR(30) frente às responsabilidades institucionais durante o ano de 2009 foi a resposta à Ação Civil Pública nº 2007.39.02.000887-7, movida pelo Ministério Público Federal, que interditou ‘todos os efeitos dos projetos de assentamento constantes no anexo, até completa modificação, eventualmente no curso do processo, do panorama de inexistência de viabilidade material e de licenciamento ambiental’. O anexo referido arrolava 106 Projetos, dentre os quais uma Reserva Extrativista. Este universo abarcava praticamente a metade dos Projetos desta Superintendência afetando milhares de famílias que compõe a clientela da Reforma Agrária nesta região.

Desde o final de 2007, data da decisão judicial, a reversão desta passou a centrar nossa estratégia de atuação.

Em junho de 2009, com a decisão emitida pelo Juiz Federal da subseção de Santarém, quando foi revogada a suspensão de cinco projetos de assentamento, além da Reserva Extrativista, verificou-se o acerto desta estratégia. A decisão, além disto, deferia nosso pedido de poder continuar a aplicação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, nos projetos ainda suspensos.

A revisão dos 106 projetos, bem como as fragilidades processuais encontradas, levou-nos a um segundo passo nesta mesma estratégia, que foi a de revisar os processos criados no período 2005/2006 que não foram arrolados na ação do MPF. Isto resultou na Ordem de Serviço nº 62/2009/INCRA/SR(30), de 25 de março de 2009, que constituiu o Grupo de Trabalho – Implantação de Projetos de Assentamento na Várzea. Nesta OS determinamos, além da constituição do GT, que o mesmo realizasse análise e propusesse operações que ‘promovam a sustentação da destinação das áreas de várzeas’, bem como ‘Propor e organizar as atividades de vistorias, levantamento ocupacional, diagnóstico sócio-econômico e revisão da Relação de Beneficiários onde esta ação se faz necessária’. O resultado, descrito em relatório entregue em agosto de 2009, levou-nos a novas iniciativas de saneamento processual em 09 (nove) assentamentos de várzea, considerados prioritários pelo referido relatório.

Como segundo elemento estratégico, adotamos a intervenção mais ativa do INCRA em áreas de grande potencial de conflito, seja através da Divisão de Obtenção, seja na de Desenvolvimento. Para isto, entre outras coisas, adotamos a qualificação da Unidade Avançada de Altamira, buscando a lotação de novos servidores, a reversão de Contratos de Alienação de Terras Públicas (CATP's) – através de vistorias de campo e judicialização

visando retomada das terras buscando ampliação e/ou consolidação de áreas atualmente ocupadas por agricultores familiares, especialmente na região do município de Anapu. Da mesma forma, investimos recursos de crédito e infraestrutura visando à qualificação dos assentamentos neste município.

Como terceiro elemento estratégico, adotamos a qualificação dos projetos de assentamento. A aplicação dos créditos iniciais em larga escala nos inúmeros projetos de assentamento e Unidades de Conservação, tais como RESEX e FLONAS para as populações tradicionais que nelas habitam viabilizou uma grande qualificação nas unidades de habitação e na capacidade organizacional destas populações, seja na várzea, seja na terra firme. O exemplo mais interessante, talvez, esteja na Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns, na qual pudemos em um processo de crescente qualificação da aplicação dos recursos, construir mais de 1300 casas em um período de dois anos. Da mesma forma a aplicação dos recursos em recuperação de estradas vicinais vem viabilizando a vida dos assentados nos projetos de assentamentos. O mesmo vale para os investimentos em energia elétrica, bem como, a iniciativa, feita no final de 2009, quando retomamos a licitação de poços artesianos em comunidades carente de água potável.

Além destas orientações estratégicas, buscamos a continuidade do processo de ordenamento fundiário na região, com vistorias em áreas públicas e a retomada de ações em áreas de destinação mais antiga cujos processos de titulação ainda não estavam concluídos. É o caso dos antigos Projetos Integrados de Colonização, especialmente ao longo da rodovia transamazônica, em que, inicialmente no município de Rurópolis retomamos as atividades através da Revisão Ocupacional em diversas vicinais ainda não tituladas. A Revisão Ocupacional, seguindo as normativas da IN 47, em projetos de assentamento mais antigos foi também uma de nossas prioridades estratégicas, tendo sido concluídos em diversos Projetos no município de Santarém.

Da mesma forma, através do Serviço Quilombola, seguimos os processos de reconhecimento de três áreas remanescentes e enviamos esforços, compensados apenas em 2010, para iniciar estudos de Relatórios Técnicos de Identificação e Demarcação de novos territórios no município de Santarém, através do Termo de Cooperação Técnica com a Fundação Euclides da Cunha do Rio de Janeiro.



### **2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária**

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária tem a atribuição de gerenciar e promover o ordenamento da estrutura fundiária na vasta dimensão do território do estado do Pará, um estado marcado por um caos fundiário e com complexidade de ocupações.

Este problema fundiário, tão comum no estado no Pará e na Amazônia como todo, devia-se a falta de legislação específica e clara para a regularização dos imóveis nela contidos. Foi a partir daí que em 2009, por decisão governamental, editou-se a Medida Provisória 458/2009, convertida posteriormente na Lei 11.952/2009, estabelecendo novas bases para a regularização fundiária em terras da União na Amazônia Legal.

Como entidade cadastral, o INCRA, através da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, organiza e mantém atualizado um cadastro nacional de imóveis rurais, de proprietários e detentores de imóveis rurais, de terras públicas, de arrendatários e parceiros. Na condição de órgão gestor do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), promove a sua integração com outros sistemas de cadastro de terras propiciando o aumento do conhecimento e a correção da estrutura fundiária e sócio-econômica do meio rural. Promove, ainda, a identificação e a classificação do imóvel rural, mediante ações de fiscalização cadastral, contribuindo para a erradicação do trabalho escravo.

A Divisão controla e executa a certificação de imóveis rurais, identificando e impedindo a superposição do registro imobiliário, numa ação conjunta com o sistema cartorário nacional, mediante ações de georreferenciamento desses imóveis.

Além disso, coordena a execução das atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos.

### **2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento**

A Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos e Assentamentos tem como ação prioritária a destinação de terras públicas para projetos de assentamento de trabalhadores e trabalhadoras rurais, tendo em vista a grande disponibilidade de tais terras na nossa jurisdição, sejam em áreas de terra firme – glebas devidamente arrecadadas em nome do INCRA ou da União, seja em áreas de várzea, território vasto na bacia do Rio Amazonas, historicamente habitado pelas populações tradicionais ribeirinhas, cuja destinação a essas populações tornou-se possível por meio de Termo de Cooperação Técnica formalizado entre o INCRA e a SPU. Ainda atuamos no reconhecimento das populações que residem e exploram as Unidades de Conservação de Uso Sustentável em parceria com o ICMBio e os clientes dos projetos de reforma agrária criados pelo Estado do Pará/ITERPA.

Convém salientar que a nossa atuação em processos de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária é quase inexistente. Isso ocorre por dois motivos principais:

- a) Há grande fragilidade documental nos imóveis rurais particulares existentes no Pará, em virtude da grilagem de terras, o que dificilmente nos permite chegar até a origem dominial dos imóveis com o devido destaque do patrimônio público;
- b) Ainda temos um grande “banco de terras públicas” disponíveis (não destinadas), o que nos obriga por uma questão lógica e também econômica de priorizarmos tais áreas;

Por outro lado há em nossa jurisdição muitas áreas públicas concentradas nas mãos de grandes posseiros que precisam ser retomadas e outras com vegetação de floresta primária, com acesso difícil e cuja destinação é complexa e requer estudos de viabilidade ambiental, social e econômico apurados, para a criação de projetos de modalidade diferenciada.

### **2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento**

Cabe à Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, executar as ações de qualificação dos Projetos de Assentamento, integrando políticas públicas e ações do INCRA para promover o desenvolvimento dos projetos de assentamento, com base nos princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental do campo e dos homens e mulheres que ali vivem em consonância ao II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA. A cargo da Divisão de Desenvolvimento estão o Programa 0137: Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária; o Programa 1350: Educação no Campo; e duas ações do Programa 1427: Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar; a saber: Ação 4470 – Assistência Técnica e Capacitação de Assentados e Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa.

Os Programas citados acima, com suas respectivas Ações, são de fundamental importância para o início da implantação, estruturação, recuperação e desenvolvimento dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, pois contribuem para o desenvolvimento rural sustentável, com retomada do crescimento econômico, distribuição de renda e para a construção de uma nação soberana. As atividades e serviços disponibilizados pelos Programas possibilitam que os projetos de assentamento se transformem em espaços produtivos de geração de trabalho e renda e de garantia da segurança alimentar, combinando produtos de subsistência com outros voltados à comercialização e ainda, promovendo a introdução de novas culturas e a diversificação da produção e do crescimento da oferta de produtos para o mercado local.

Destaque tem que dar dentro desta Divisão à ação de Crédito Instalação que é onde se tem o maior volume de recursos disponibilizados a Reforma Agrária. E este volume de recursos tem provocado fiscalização periódica dos órgãos de controle da União no que diz respeito à sua correta aplicação.

As atividades de infraestrutura também são de grande relevância, com principal destaque a construção de mais de 1200 km de estradas vicinais em assentamentos espalhados por todo oeste do Pará. Além das estradas a Divisão de Desenvolvimento da SR-30 também investe em micro sistemas de água e eletrificação rural.

Vale destacar também o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), criada em 2004, e que é desenvolvida em parceria com empresas privadas de assistência técnica, EMATER, via convênios plurianuais e através de contratos.

Dentre as principais vantagens do arranjo institucional descentralizado e da descentralização dos recursos para atendimento das metas e dos objetivos da ação, destaca-se a aproximação da SR e das entidades prestadoras ao público beneficiário e à dinâmica social, econômica, ambiental e cultural local. Isso permite a fundamental participação dos agricultores assentados na sua implementação bem como um acompanhamento pelo órgão mais eficiente procurando atacar todos os aspectos que explicam a exclusão social dos assentados da reforma agrária, o que, em parte, é explicado pela insuficiente base organizacional, o baixo nível de produção e produtividade, a incipiente atuação nos setores secundário e terciário da economia, a ausência de oportunidades de negócios geradores de emprego e renda e investimentos incipientes em infraestrutura.

Entretanto, o programa encontra muitas dificuldades para contratar prestadores destes serviços, pois a grande maioria não consegue se adequar aos requisitos do Manual Operacional de ATES, Normas de Execução nº 71 e 72 de 18 de maio de 2008, Resolução CONAMA nº 387 de 27 de dezembro de 2006, Instrução Normativa SLTI / MPOG nº 02 de 30 de abril de 2008 (contratos) e Portaria 127 de 29 de maio de 2008 (convênio).

## **2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa**

### **A Divisão de Gestão Administrativa**

A esta Divisão compete, de acordo com o Regimento Interno da Autarquia, coordenar e supervisionar a execução das atividades de: Desenvolvimento Humano; Contabilidade; Administração e Serviços Gerais; e Orçamento e Finanças.

Tais atividades compreendem a execução dos serviços meio da Superintendência, que dão suporte a efetivação dos Programas e Ações das Divisões de atividades fins, bem como a um quadro de 261 servidores, distribuídos entre a Sede da Superintendência e as Unidades Avançadas.

## **2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade**

### **2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais**

#### ***Dados Gerais do Programa***

**Tipo de Programa:** Finalístico.

**Objetivo Geral:** Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

**Objetivos Específicos:** Promover a democratização do acesso a terra.

**Gerente do programa:** Nilton Bezerra Guedes.

**Responsável pelo programa no âmbito da UJ:** Ulaí Batista Nogueira

**Indicadores ou parâmetros utilizados:** Área em hectares vistoriada – Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária;

**Público-alvo (beneficiários):** Trabalhadores rurais sem-terra.

**Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

## Principais Ações do Programa

### 2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

#### *Dados gerais da ação*

**Tipo da Ação:** Atividade

**Finalidade:** Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

**Descrição:** Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP).

**Coordenador nacional da ação:** Celso Lisboa de Lacerda

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

#### *Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ*

##### **Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família	4010	1329	0	33,10

Fonte: Caderno de metas PO/2009, LOA 2009, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoria e Avaliação - SIR

##### **Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ**

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
160.500,00	207.660,37	207.660,37	100	206.985,37	100	206.985,37	100

Fonte: SIAFI 2009.

Destacam-se como principais dificuldades no cumprimento das metas referente à Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária no ano de 2009, basicamente quatro pontos:

O grande número de projetos de assentamento, criados nos anos de 2005 e 2006, que foram alvo de Ação Civil Pública, que culminou com a interdição dos projetos pela Justiça Federal.

**1.** Dos 106 projetos interditados, houve liberação judicial de apenas 11 assentamentos. A liberação desses 11 projetos contribui para aproximadamente 50% da meta alcançada pela SR(30) em 2009.

A perspectiva de mais desinterdições é diretamente proporcional à perspectiva de aumentar a meta de famílias assentadas para SR(30) nos próximos anos. Porém, neste ponto o INCRA já tomou todas as providências para a desinterdição dos projetos, ficando refém do órgão ambiental estadual para licenciamento dos projetos e da Justiça Federal para liminar judicial dos processos.

**2.** Houve uma política tímida de criação de novos assentamentos, culminando com o reconhecimento de duas unidades de conservação, três assentamentos estaduais, a criação de um PAE (na verdade é um desmembramento de um projeto desinterditado na justiça) e a ampliação de 01 PDS.

Na verdade há um grande estoque de terras já destinadas, porém sob judice o que talvez explique o pouco avanço na decretação de novas áreas para assentamento de famílias na SR(30) no ano de 2009.

Para este ano acreditamos que a superintendência deve se empenhar na criação de novos Projetos para populações tradicionais no município de Almerim e Terra Santa, atendendo a alta demanda do ITERPA para o reconhecimento de famílias em projetos estaduais e do ICMBIO nas Unidades de Conservação.

**3.** IN 47/2008 – Apesar da Divisão de Desenvolvimento dar início a 05 vistorias ocupacionais na SR(30), não houve tempo e experiência suficiente para que as vagas fossem geradas e a implantação promovesse seleção das novas famílias para substituição.

**4.** A insuficiência no quadro de recursos humanos é uma das maiores dificuldades enfrentadas pela superintendência, em todas as áreas. Para esta Ação especificamente, contribuiria muito se o número de servidores envolvidos na revisão ocupacional e SIPRA fosse pelo menos o dobro do que é hoje.



### 2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

#### *Dados gerais da ação*

**Tipo da Ação:** Atividade

**Finalidade:** Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

**Descrição:** Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Celso Lisboa de Lacerda

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

#### *Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ*

##### **Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	ha	308.900	107.746,8188	440.899,6470	34,90

Fonte: Caderno de metas PO/2009, LOA 2009, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoria e Avaliação – SIR.

##### **Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ**

PO 2008	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
151.000,00	251.939,65	251.939,65	100	204.777,09	81	204.777,09	81

Fonte: SIAFI 2009

Referente a exercícios anteriores, temos um passivo de 6.501,3159 ha. e a realização de 38.228,8188 ha. No exercício de 2009 foram vistoriados 510.413,6468 ha., sendo concluídos (LAF conclusivo) o total de 69.514,0000 ha., portanto um somatório de 107.746,8188 ha. Apesar do baixo percentual obtido da meta (34,9%) temos a considerar que 440.899,6468 ha. já possuem trabalho de campo realizado faltando tão somente à confecção dos respectivos LAF's, ou seja, com um baixo custo operacional a ser considerado. Após a conclusão dos respectivos LAF's em escritório, teremos um total de 548.646,4658 ha., ou seja, 77,61% além da nossa meta original.

No que tange aos resultados obtidos a participação de Peritos (01 perito do Mato Grosso) e Técnicos (02 técnicos de Rondônia) de outras Superintendências, foi crucial para a obtenção dos resultados finais aliado aos desta Superintendência (09 Técnicos/ Peritos).

Os recursos financeiros a mais (R\$100.939,00) foram devidamente empenhados e propiciaram uma perspectiva de elevado percentual realizado da meta 77,61%.

Dentre os principais problemas temos:

- Logística, comunicação precária vias de acesso insuficiente ou péssimo.
- Insuficiência de servidores, aperfeiçoamento dos mesmos.
- Período de liberação de recursos incompatíveis com a sazonalidade climática.
- Estado de dimensões continentais.

Não foram efetivadas contratações ou parcerias no exercício de 2009.

Não foram efetuadas transferências no exercício de 2009.

A ação de vistoria das áreas desta SR tem como objetivo, sobretudo eliminar focos de tensão social, impedir a ação de grileiros e a retomada de áreas para futura destinação. Por estes objetivos podemos inferir que as metas desta SR influenciam consideravelmente preponderante de estado na região, no concernente a: Justiça Social, Conservação ambiental e cidadania.

A liberação de recursos na região Norte do país deve estar contingenciado pelas condições climáticas, uma vez que determinadas ações ocorrem via terrestre em época de seca e no período chuvoso na época das cheias, devido o acesso ser fluvial.

As vistorias do PDS Liberdade no município de Pacajá e Portel possibilitaram, a incorporação de 465.000 ha. de áreas vistoriadas a esta SR, tal ação decorre da ação Civil Publica do MPF solicitando a interdição dos projetos de assentamento criados a partir de 2005 nesta SR. Vale salientar o trabalho excepcional de colegas de outras SR's e desta SR no sentido de revisar todos os projetos que foram interditados.

Democratização da discussão da LDO com as lideranças locais, INCRA, agentes financeiros, órgãos de controle ambiental e MPF.

### 2.3.1.3 Ação 8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

#### *Dados gerais da ação*

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

**Descrição:** Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Celso Lisboa de Lacerda

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

#### *Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ*

##### **Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Licença	62	50	0	80,60

Fonte: Caderno de metas PO/2009, LOA 2009, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoria e Avaliação - SIR

##### **Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ**

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
992.000,00	1.634.564,96	1.634.564,96	100	987.640,82	60	987.640,82	60

Fonte: SIAFI 2009

Diante de uma meta estabelecida de 62 licenciamentos ambientais junto a SEMA (Secretaria Estadual de Meio Ambiente), consideramos êxito:

1. Chegar ao número de 50 LP's, sendo 22 protocoladas e 28 emitidas, haja vista que a adição de recursos humanos disponibilizados com a criação de Força Tarefa regulamentada

pela O.S./P 15/2007, contribuindo para atendermos as condicionantes da Justiça Federal de desinterdição de vários projetos;

No decorrer do exercício de 2009 observamos diversos pontos que dificultaram o cumprimento das metas estabelecidas, tais como:

1. A necessidade de refazer os LAF's (Laudos Agronômicos de Fiscalização), pois em sua maioria não respeitavam a Conama 387/06, o que é uma condicionante da OEMA (Órgão Estadual Ambiental) para emissão de LP'S - licenças prévias, o que foi sanado com a criação de Força Tarefa, que executou os trabalhos de vistorias;
2. Ausência de cooperação por parte do Órgão de Vigilância Sanitária na emissão de atestados de potencial malarígeno;
3. Ausência de cooperação por parte de algumas Prefeituras Municipais na emissão do Atestado de Conformidade com a Legislação Municipal de Uso e Ocupação do Solo;
4. Não cumprimento da OEMA no prazo estabelecido pela Conama 387 para emissão das licenças, algumas tendo demorado quase 02 anos para serem expedidas;
5. Dificuldade na obtenção de anuências de órgãos estaduais e federais, quanto à incidência ou sobreposição em zonas de amortecimento de reservas extrativistas, florestas e parques nacionais.

Considera-se que os resultados alcançados durante o exercício em questão:

1. Contribuirá de forma significativa para que possamos alcançar o objetivo de atingirmos o licenciamento em médio prazo de todos os projetos de assentamento sob jurisdição desta Regional, haja vista a necessidade da:
  - Regularização ambiental para que não ocorram intervenções judiciais novamente, o que prejudicaria a continuação das ações de desenvolvimento previstas para a consolidação de nossos projetos, como a disponibilização de créditos;
  - Orientação e disciplina do uso e a exploração dos recursos naturais, assegurada à efetiva proteção do meio ambiente, de forma sustentável nos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, evitando riscos e danos ao ser humano e ao meio ambiente sobre as bases do princípio da precaução.

Dentre as ações que apresentaram dificuldades de execução, destaca-se:

1. A morosidade na emissão de Licenças Prévias, ocasionada em muitos casos pelas notificações e exigências da OEMA com prazos curtos, ressaltando que uma mesma informação em alguns casos eram requeridas duas vezes;
2. Dificuldade de comunicação entre os entes públicos envolvidos para instrução dos processos de requerimento de licenciamento;
3. O fato de que muitos projetos de assentamento não foram priorizados durante o exercício para elaboração de PDA's – Plano de Desenvolvimento do Assentamento, pela ATES – Assessoria Técnica, o que é exigido para emissão de LIO – Licença de Instalação e Operação;

#### 2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

##### *Dados gerais da ação*

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

**Descrição:** Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Celso Lisboa de Lacerda.

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

##### *Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ*

###### **Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	ha	0	0	0	0

Fonte: Caderno de metas PO/2009, LOA 2009, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoria e Avaliação - SIR

###### **Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ**

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0,00	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0

Fonte: SIAFI 2009

As ações de Obtenção no que tange a aquisição e desapropriação de imóveis, na SR (30) não foram planejadas e executadas no exercício de 2009, em função da existência de áreas da União ociosas e das vagas existentes nos assentamentos. Mediante a este saldo de áreas a aquisição/ desapropriação, não foi foco de ações desta SR.

### 2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

#### *Dados gerais da ação*

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

**Descrição:** Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Celso Lisboa de Lacerda.

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

#### *Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ*

##### **Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	4	Recurso	0	0	0	0

Fonte: Caderno de metas PO/2009, LOA 2009, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoria e Avaliação - SIR

##### **Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ**

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
1.558,00	7.537,60	7.537,60	100	7.537,60	100	7.537,60	100

Fonte: SIAFI 2009

Os recursos da GAP 2009 foram utilizados 100%, (pago e liquidado), contudo considera-se o montante insuficiente visto as necessidades da divisão de obtenção da SR 30, anteriormente comentadas.

Os maiores problemas são decorrentes do montante da GAP não condizer com as necessidades da região/superintendência.

Apesar do baixo valor de GAP, este tem importância crucial para ações de cunho administrativo/funcional que outras ficam subordinadas a este, justificando assim o aumento do mesmo para SR 30.

Ações que apresentaram problemas de execução

A liberação de recursos na região Norte do país deve seguir um calendário próprio, evitando assim o não cumprimento de ações devido à falta de recursos na hora propícia.

### **2.3.1.6 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária**

#### ***Dados Gerais do Programa***

**Tipo de Programa:** Finalístico.

**Objetivo Geral:** Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

**Objetivos Específicos:** Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

**Gerente do programa:** César José de Oliveira.

**Responsável pelo programa no âmbito da UJ:** Marcelo Scolari Gosch

**Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:**

Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento

**Público-alvo (beneficiários):** Famílias assentadas.

**Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo<sup>2</sup>**

---

<sup>2</sup> Não aplicável à natureza jurídica da UJ.



## Principais Ações do Programa

### 2.3.1.7 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento

#### *Dados gerais da ação*

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

**Descrição:** Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Vinícius Ferreira de Araújo.

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

#### *Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ*

##### **Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família	4335	0	4498	0

Fonte: Caderno de metas PO/2009, LOA 2009, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoria e Avaliação - SIR

##### **Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ**

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
23.842.151,00	25.014.713,26	25.014.713,26	100	6.710.510,68	27	6.035.510,68	24

Fonte: SIAFI 2009

A meta realizada apresenta percentual realizado de zero, pois nenhuma das obras iniciadas em 2009 foram concluídas no mesmo exercício, boa parte delas são oriundas de contratos/convênio assinados no final de 2009 e devem ser concluídas no exercício de 2010. Os contratos firmados no ano de 2008 também não foram ainda encerrados, boa parte deles foram aditivados e somente enceraram sua vigência no final de 2010 e os outros, por falta de pessoal competente na superintendência, ainda não foram encerrados, assim não podem ainda

serem lançados como meta realizada. Para uma melhor visualização das obras que estão sendo executadas pela SR-30 apresentamos o quadro abaixo:

Tipo de Obra	Qttd	PA	Município	Previsão	Valor total (R\$)
				Término	
Estradas	61,1	Moju	Santarém		1.761.798,29
	51,95	Moju			1.607.464,09
	40,88	Moju			1.352.287,50
	42,5	Moju		31/12/2010	1.388.170,88
	58,05	Moju		31/12/2010	1.148.095,13
	62,81	Moju		31/12/2010	1.265.767,25
	41,75	Moju		31/12/2010	1.217.888,36
	25,3	Moju		31/12/2010	755.120,90
	10,25	Moju		31/12/2010	295.516,72
	186,82	Ituqui, Bueru e Tapera Velha		31/12/2010	4.704.787,03
	68,55	Corta Corda		31/12/2010	2.844.380,04
	649,96	Total			18.341.276,19
	20,5	Uirapuru	Uruará	31/12/2010	449.788,86
	34,9	Tutui Sul		31/12/2010	1.173.316,48
	55,4	Total			1.623.105,34
	43,75	Pilão Poente	Anapú	31/12/2010	1.491.867,65
	20,4	Rio Arataú	Pacajá	31/12/2010	711.107,71
	31,75	Araraquara	Senador José Porfírio	31/12/2010	911.700,37
	13,3	Arapari		31/12/2010	422.487,02
	44,4	Ressaca		31/12/2010	1.658.103,13
	20	Canoé		31/12/2010	728.893,98
	109,45	Total			3.721.184,50
	60,95	Tapajós	Aveiro	31/12/2010	1.745.596,86
	45,4	Cristalino, Tapajós e Cristalino II		31/12/2010	1.249.152,75
	106,35	Total			2.994.749,61
	84,15	Surubim	Medicilândia	31/12/2010	3.002.965,79
	42,8	Penetecaua	Brasil Novo	31/12/2010	1.077.901,50
	36,95	Assurini	Altamira	31/12/2010	1.481.330,34
	49	Campos de Popó	Monte Alegre		1.988.925,59
	108	Novo Horizonte e Campos de Pilar	Alenquer	31/12/2010	3.536.473,03
	59,85	São Benedito	Itaituba		1.810.000,00
	71,05	Ypiranga			2.450.000,00
	130,9	Total			4.260.000,00
		119,25	Anapú I, Virola Jatobá e Pilão Poente II	Anapú	31/12/2009
M.S.A	9	Ituqui, Tapera Velha e Corta Corda	Santarém	22/12/2010	1.882.939,99
	6	Moju		22/12/2010	1.076.939,99
	11	PAE Lago Grande		22/12/2010	1.913.408,08
	26	Total			4.873.288,06
Distribuição Energia Elétrica		Moju e Corta Corda	Santarém		4.700.000,00

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

As obras de infra-estrutura básica são fundamentais para o escoamento da produção dos beneficiários e usuários, bem como para melhoria da qualidade de vida daquelas populações. A integração daquelas famílias ao PNRA e, logicamente, às cadeias produtivas regionais resultará nos crescimentos da produção e da produtividade e, conseqüentemente no seu desenvolvimento sócio-econômico.

A implantação de infra-estrutura MSA (Micro Sistema de Abastecimento de água) nos assentamentos, é uma necessidade premente, uma vez que as famílias que ocupam essas áreas constituem comunidades, até então, excluídas das ações do poder público, e em muito assentamentos as áreas são muito secas necessitando destes MSA para garantir a sobrevivência das famílias dentro dos projetos.

Além das estradas e dos MSA a SR-30 também desenvolvendo projetos em parceria com a PM de Santarém para levar energia elétrica a dois assentamentos, proporcionado assim uma maior possibilidade de desenvolvimento humano e econômico para as comunidades destes assentamentos.

Durante o exercício de 2009 destacaram-se como principais problemas os seguintes fatores:

a) O reduzido corpo técnico do Serviço de Infra-estrutura, Setor responsável direto pela elaboração dos projetos e documentos necessários aos contratos; acompanhamentos físicos e documentais das obras de infra-estrutura dos assentamentos; análise e instruções dos documentos administrativos demandados ao Setor, o que tem demandado sobrecarga de serviço, uma vez que há carência de recursos humano de apoio, dimensionado a satisfazer as necessidades das atribuições regimentais do órgão.

Atualmente a SR-30 encontra-se sem nenhum Engenheiro Civil lotado no seu quadro de servidores, sendo que todas as atividades de fiscalização são realizadas por Engenheiros oriundos de outras superintendências e da Sede, possuindo apenas um Técnico em Desenvolvimento Agrário e um Analista Administrativo lotados neste setor.

b) O curto período climático favorável de 05 (cinco) meses do ano para execução das atividades de campo; e

c) A ausência de um programa de capacitação / atualização do recurso humano ao dinamismo da legislação e normas técnicas adotadas na administração pública.

### 2.3.1.8 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

#### *Dados gerais da ação*

**Tipo da Ação:** Atividade

**Finalidade:** Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

**Descrição:** Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Vinícius Ferreira de Araújo.

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

#### *Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ*

##### **Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A		Família	5736	0	1543	0

Fonte: Caderno de metas PO/2009, LOA 2009, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoria e Avaliação - SIR

##### **Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ**

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
2.998.506,00	2.286.100,93	2.227.841,29	97	249.755,81	11	249.755,81	11

Fonte: SIAFI

Ao longo do exercício de 2009 foram realizados acompanhamento dos serviços de demarcação topográfica contratado em exercício anteriores, contudo destacamos a seguir a situação de cada uma das empresas acompanhadas, fiscalizadas e analisadas.

a) DN – Técnicos Associados LTDA contratada através do CTR ---

Para atendimento do Projeto de Assentamento Mojú I e II, observou-se que o contrato foi objeto de dilatação de prazo da execução motivada por problemas climáticos, ocasionando atraso na conclusão do trabalho. Na solicitação de nova dilatação de prazo o mesmo foi encerrado por parecer da Procuradoria Federal Especializada. Ficaram para nova licitação aproximadamente 80 (oitenta) parcelas a serem demarcadas.

**Serviço Topográfico Contratado (Atividade contratada em 2009 com início de execução em 2010)**

<b>Projeto</b>	<b>Município</b>	<b>Família</b>
PA Placas	Placas	94
PA Rio do Peixe	Placas	175
PA Surubim	Medicilândia e Brasil Novo	280
PA Itapuama	Altamira	694
<b>Total</b>		<b>1.243</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

b) SETA – Serviços Técnicos e Agrimensura Ltda. Foi a licitante vencedora e contratada para atender o seguinte instrumento:

CTR 40/2009 para os Projetos de Assentamentos: Rio do Peixe e Placas que estão em plena execução dos serviços de campo.

c) TAL – Topografia da Amazônia Ltda. Foi a licitante vencedora e contratada para atender o seguinte instrumento:

CTR 39/2009 para os Projetos de Assentamentos: Rio do Peixe e Placas que estão em plena execução dos serviços de campo.

d) PROJETOP – Topografia e Geodésia Ltda. Foi a licitante vencedora e contratada para atender o seguinte instrumento:

CTR 38/2009 para os Projetos de Assentamentos: Rio do Peixe e Placas que estão em plena execução dos serviços de campo.

**Serviço Topográfico Contratado (Atividade contratada em 2009 com início de execução em 2010)**

<b>Projeto</b>	<b>Município</b>	<b>Família</b>
PA Itapuama	Altamira	694
PA Assurini	Altamira	300
PA Morro das Araras	Altamira	203
PA Nova Fronteira	Novo Progresso	158
PA Santa Júlia	Novo Progresso	295
PA Areia	Trairão	280
PA Penetecaua	Brasil Novo	290
PA Igarapé Flores	Brasil Novo	265
PA Brasil Novo	Brasil Novo	95
PA Surubim	Brasil Novo e Medicilândia	1222
PA Laranjal	Brasil Novo e Altamira	188
<b>Total</b>		<b>3.990</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

e) TAL – Topografia da Amazônia Ltda. Foi a licitante vencedora e contratada para atender o seguinte instrumento:

CTR 47/2009 para os Projetos de Assentamentos: Surubim e Laranjal, que estão em plena execução dos serviços de campo.

f) IMEDIATA – Topografia e Geodésia Ltda. Foi a licitante vencedora e contratada para atender o seguinte instrumento:

CTR 49/2009 para os Projetos de Assentamentos: Penetecaua, Igarapé Flores e Brasil Novo, que estão em plena execução dos serviços de campo.

g) Potulski & Potulski Ltda. Foi a licitante vencedora e contratada para atender o seguinte instrumento:

CTR 50/2009 para os Projetos de Assentamentos: Areia, que está em plena execução dos serviços de campo.

h) PROJETOP – Topografia e Geodésia Ltda. Foi a licitante vencedora e contratada para atender o seguinte instrumento:

CTR 48/2009 para os Projetos de Assentamentos: Assurini, Morro das Araras e Itapuama, que estão em plena execução dos serviços de campo.

i) Potulski & Potulski Ltda. Foi a licitante vencedora e contratada para atender o seguinte instrumento:

CTR 51/2009 para os Projetos de Assentamentos: Santa Júlia e Nova Fronteira, que estão em plena execução dos serviços de campo.

Foi possível observar a conclusão e avanço de algumas atividades, em destaque o Projeto de Assentamento Mojú I e II com a entrega das peças técnicas, que estão em processo de análise.

Com a disponibilização de recursos orçamentários foram realizadas novas contratações, o que proporciona a diminuição do passivo dos Projetos de Assentamentos a serem demarcados no Estado de Rondônia.

O período chuvoso típico da Região Amazônia, dificultou consideravelmente a execução das atividades de campo, ou seja, o período para a efetiva execução foi bastante reduzido.

Contudo, um dos principais problemas identificados foi à existência de conflitos de divisas entre as famílias assentadas, uma vez que esses lotes nunca haviam sido demarcados, sendo por vezes necessária a intervenção de técnicos desta SR-30/PA visando a solução dessas questões.

Foram também identificados problemas de via de acesso às áreas a serem demarcadas, o que dificultou substancialmente o acesso das equipes.

Até o presente momento não fomos notificados de paralisações nas frentes de trabalho em razão de ocorrência de doenças típicas da região, como por exemplo, malária. Sendo essas motivações que provocaram paralisações, bem como o descumprimento dos trabalhos inicialmente contratado, conforme caracterizado anteriormente para empresa contratada.

### **2.3.1.9 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol**

#### ***Dados gerais da ação***

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

**Descrição:** a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Ricardo França.

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

#### ***Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ***

##### **Execução Física das ações realizadas pela UJ**

<b>Função (a)</b>	<b>Subfunção (b)</b>	<b>Tipo da Ação (c)</b>	<b>Prioridade (d)</b>	<b>Unidade de Medida (e)</b>	<b>Meta prevista PO 2009 (f)</b>	<b>Meta realizada (g)</b>	<b>Meta a ser realizada em 2010 (h)</b>	<b>Percentual da Meta realizada (i = g/f)</b>
21	691	A	4	Família	0	0	0	0

Fonte: Caderno de metas PO/2009, LOA 2009, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoria e Avaliação - SIR

##### **Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ**



PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0,00	60.000,00	60.000,00	100	60.000,00	100	60.000,00	100

Fonte: SIAFI 2009

Não foi firmada nenhuma parceria no ano de 2009 para a implantação de projetos financiados pela Ação Terra Sol.

Principais problemas:

- ✓ Falta de recursos humanos para trabalhar a Ação Terra Sol na Superintendência;
- ✓ Falta de capacitação sobre a operacionalização da Ação para a equipe do INCRA disponível;
- ✓ Falta de parceiros preparados tecnicamente para executar a Ação: não cadastrados no Siconv, desconhecimento sobre a Ação e sobre a legislação pertinente a Convênios etc.;
- ✓ Falta de propostas bem elaboradas;

### **2.3.1.10 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento.**

#### ***Dados gerais da ação***

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

**Descrição:** a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Ricardo França.

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

#### ***Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ***

##### **Execução Física das ações realizadas pela UJ**

<b>Função (a)</b>	<b>Subfunção (b)</b>	<b>Tipo da Ação (c)</b>	<b>Prioridade (d)</b>	<b>Unidade de Medida (e)</b>	<b>Meta prevista PO 2009 (f)</b>	<b>Meta realizada (g)</b>	<b>Meta a ser realizada em 2010 (h)</b>	<b>Percentual da Meta realizada (i = g/f)</b>
21	631	A	3	Documento	0	306	0	0

Fonte: Caderno de metas PO/2009, LOA 2009, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoria e Avaliação - SIR

##### **Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ**

<b>PO 2009</b>	<b>Provisão Recebida</b>	<b>Empenho Emitido</b>		<b>Empenho liquidado</b>		<b>Valor Pago</b>	
<b>R\$(a)</b>	<b>R\$(b)</b>	<b>R\$(c)</b>	<b>% (d=c/b)</b>	<b>R\$(e)</b>	<b>% (f=e/b)</b>	<b>R\$ (f)</b>	<b>% (g=f/b)</b>
0,00	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0

Fonte: SIAFI 2009

### Documento de Concessão de Uso Expedido

Projeto	Município	Documentação Concedida (unidade)
PA Assurini	Altamira	21
PA Bom Jardim	Pacajá	05
PA Itapuama	Altamira	01
PA Laranjal	Brasil Novo	02
PA Grotão da Onça	Anapú	04
PA Canoé	Senador José Porfírio	01
PA Rio Aratau	Pacajá	05
PA Morro dos Araras	Altamira	13
PA Itaquí	Santarém	33
PA Tapera Velha	Santarém	25
PA Mojú I e II	Santarém	172
PA Buerú	Santarém	24
<b>Total</b>		<b>306</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

O Serviço de Titulação expediu somente documentos de titulação provisórios, ou seja, Contratos de Concessão de Uso - CCU, em decorrência da criação da SR/30 em 2005, tendo sido desligada da Superintendência do Pará (SR/01) cuja jurisdição fazíamos parte. Além disso, a expedição de documentos de titulação em caráter definitivo (Título de Domínio), face às exigências impostas pela Lei n.º 10.267 de 28/8/2001, está condicionando aos procedimentos de registros Cartorários, entre esses o georreferenciamento do perímetro dos Projetos de Assentamento vez que a somatória da área excede ao estipulado pela legislação acima citada.

Destaca-se como principal avanço na realização das atividades de Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento a entrega dos Contratos de Concessão de Uso - CCU diretamente aos beneficiários nos Projetos de Assentamento em que residem, atividade essa realizada pelos servidores do Serviço de Titulação, sendo possível constatar que tal decisão pode proporcionar grande satisfação, bem como desonerou as famílias atendidas das despesas com o deslocamento até a Sede da SR/30 em Santarém, o que anteriormente era necessário que viajassem quilômetros em estradas precárias ou dias de barco e sob condições climáticas adversas.

O corte no orçamento efetuado pelo Decreto n. 6.808 de 27/3/2009, obrigou a readequação de toda a Programação Operacional de 2009 da Superintendência Regional de Santarém. Com isso, não houve provimento, ou seja, não foi garantida a disponibilização de recursos orçamentários para execução da Ação de Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento. Tal situação trouxe certa insegurança quanto à realização ou não das atividades inicialmente previstas.

Destaca-se que a situação de que alguns dos Projetos de Assentamentos jurisdicionados a esta Regional não estarem demarcados, conforme preceitua a Lei nº 10.267 de 28/8/2001, impossibilitou a expedição de documento de titulação definitiva.

Observamos ainda algumas dificuldades operacionais para execução das ações de titulação conforme a seguir:

- a) Quadro insuficiente de servidores lotados no serviço de titulação frente à demanda de documentos a serem expedidos; e
- b) Falta de treinamento para os responsáveis pela instrução processual dos processos administrativos que visam à expedição de documentos.

### **2.3.1.11 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária**

#### ***Dados gerais da ação***

**Tipo da Ação:** Projeto.

**Finalidade:** Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

**Descrição:** a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infra-estrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curitiba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Ricardo França.

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

#### ***Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ***

##### **Execução Física das ações realizadas pela UJ**

<b>Função (a)</b>	<b>Subfunção (b)</b>	<b>Tipo da Ação (c)</b>	<b>Prioridade (d)</b>	<b>Unidade de Medida (e)</b>	<b>Meta prevista PO 2009 (f)</b>	<b>Meta realizada (g)</b>	<b>Meta a ser realizada em 2010 (h)</b>	<b>Percentual da Meta realizada (i = g/f)</b>
21	631	P	4	Projeto	0	0	0	0

Fonte: Caderno de metas PO/2009, LOA 2009, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoria e Avaliação - SIR

**Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ**

<b>PO 2009</b>	<b>Provisão Recebida</b>	<b>Empenho Emitido</b>		<b>Empenho liquidado</b>		<b>Valor Pago</b>	
<b>R\$(a)</b>	<b>R\$(b)</b>	<b>R\$(c)</b>	<b>% (d=c/b)</b>	<b>R\$(e)</b>	<b>% (f=e/b)</b>	<b>R\$ (f)</b>	<b>% (g=f/b)</b>
<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0%</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>

Fonte: SIAFI 2009

Não há meta na PO 2009.

### 2.3.1.12 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

#### *Dados gerais da ação*

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando à recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

**Descrição:** Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Celso Lisboa de Lacerda

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

#### *Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ*

##### **Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família	435	0	0	0

Fonte: Caderno de metas PO/2009, LOA 2009, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoria e Avaliação - SIR

##### **Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ**

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
400.000,00	285.518,25	285.518,25	100	285.518,25	100	285.518,25	100

Fonte: SIAFI 2009

A Ação 2B06 — manejo de recursos naturais em projetos de assentamento de reforma agrária. Esta Ação possui dentre suas atividades, segundo Descrição no PPA, “estimular a implementação do manejo sustentável dos recursos naturais como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou produtivas”.

Desta maneira, ao final do exercício de 2007, com recurso desta Ação ainda do exercício 2007 esta Regional celebrou com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM um convênio cujo objeto é confeccionar projetos básicos para o licenciamento ambiental e assessorar na elaboração de Planos de Utilização - PU de 15 Projetos de Assentamentos Agro-extrativistas.

Esta parceria, por meio de termos aditivos (problemas climáticos, contingenciamento de recursos orçamentários, indisponibilidade de recurso financeiro, dificuldades de acessibilidade aos assentamentos, etc.), permeia os exercícios de 2008, 2009, doravante, com recurso da Ação 8374 — Licenciamento Ambiental, que ainda deverá ser concluída no primeiro semestre do exercício 2010.

Posto isto, parte do recurso da Ação 2B06 em 2009 o Incra utilizou para acompanhar/fiscalizar os serviços prestados pelo Ipam. Consequentemente, recurso para diárias necessárias ao bom desempenho da Ação.

Outra parte significativa utilizada do recurso desta Ação está relacionada aos trabalhos da Força Tarefa, criada pela OS/P 15/2007, no sentido de atendermos as condicionantes da justiça federal de desinterdição de 106 projetos criados entre 2005 e 2006.

Esta atividade também permeia os exercícios de 2007, 2008 e 2009, culminando, apenas no exercício de 2009, com 50 solicitações de LP protocoladas, das quais 28 foram emitidas pelo órgão ambiental competente.

É relevante esclarecer que até o final do exercício 2007, não existia recurso específico para a Ação de Licenciamento Ambiental nos assentamentos de reforma agrária, e que no exercício 2009, o recurso para as atividades da força-tarefa ainda foi insuficiente.

Para concluir, conquanto meta realizada com valor zero, a destinação do recurso desta Ação, no exercício 2009, promoveu a elaboração dos instrumentos no sentido de atender às condicionantes definidas pelos órgãos ambiental e judicial, cujo objeto principal é o Licenciamento Ambiental de Assentamentos.



### 2.3.1.13 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

#### *Dados gerais da ação*

**Tipo da Ação:** Operações Especiais.

**Finalidade:** Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

**Descrição:** Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Vinícius Ferreira de Araújo.

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

#### *Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ*

##### **Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	OP	3	Família	9152	4094	19.959	44,7

Fonte: Caderno de metas PO/2009, LOA 2009, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoria e Avaliação - SIR

##### **Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ**

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
103.422.402,00	108.345.600,00	108.345.600,00	100	4.297.000,00	4	4.297.000,00	4

Fonte: SIAFI 2009

A Ação Crédito Instalação, após a criação e implantação do projeto de assentamento, especialmente na SR(30), é a **Política de Reforma Agrária** e de desenvolvimento de maior visibilidade, já que constitui a principal reivindicação dos Assentados e como as demais políticas relacionadas à infraestrutura propicia a instalação e a fixação dos homens e mulheres do campo.

Sua operacionalização é um processo que busca fomentar a articulação dos beneficiários por meio de suas organizações, sejam Associações, sejam Comissões

representativas dos mesmos. Requisito que qualifica e acelera o fluxo do procedimento na aplicação dos recursos.

#### Dificuldades encontradas:

##### 1.1 Na Demanda:

- Consideramos este item importante em razão do quantitativo de Projetos de Assentamento criados e mais de 70 mil famílias assentadas, isso sem considerar o passivo herdado da aplicação do crédito antes da criação desta superintendência; este entendimento não é absorvido pelas famílias que reivindicam simultaneamente seus direitos junto ao Incra.

##### 1.2. No Incra:

- Consequentemente ao item anterior, a insuficiência de Recursos Humanos é um fator preponderante para o atendimento não qualificado da aplicação dessa ação. Embora com a colaboração de alguns servidores de outras Regionais, a demanda represada continua superior ao quadro de pessoal do serviço de crédito.
- O processo de acompanhamento e controle da Ação no SIPRA não é adequado às regiões com projetos de assentamento de grande capacidade de famílias, pois esse Sistema apresenta indexação de informações das famílias cujos formulários, quando ré-impresso, dobram a quantidade dos valores digitados, independentemente à vontade do operador. Isso significa que além do trabalho já existente para atender a demanda mencionada, o servidor deverá excluir todos os créditos que foram registrados de maneira automática e indesejável. Este procedimento, considerando projetos de assentamento com capacidade média de 500 famílias por assentamento, estrangula o fluxo operacional da ação;
- O recurso orçamentário empenhado e contingenciado, e o longo período até a liberação do recurso financeiro têm proporcionado outro importante problema, por vezes causando constrangimento aos servidores, e culminando com a frustração das famílias beneficiárias, bem como dos representantes de estabelecimentos comerciais que perdem a credibilidade junto ao Órgão e ao próprio agricultor. Além disso, o relevante volume do recurso empenhado/contingenciado, e a não disponibilidade financeira, sobretudo, no último trimestre do exercício, comprometeu, sensivelmente, a execução física da Superintendência.
- O Normativo — embora aperfeiçoada, a Instrução Normativa ainda necessita de adequações, principalmente, no que se refere à região do Oeste do Pará, pois as especificidades geográficas como: distância/aceso, condições climáticas (chuvas, ciclo de cheias e vazantes dos rios), absorve um volume expressivo de recursos com fretes, acompanhamento e fiscalização na entrega dos materiais, combustível, viaturas adequadas (lanchas, carros, barcos, balsas, caminhões, etc.); também o recurso da GAP é insuficiente quando do passivo apresentado.  
Ainda neste item, o normativo que trata da complementação de recursos, embora relevante, ocorre no meio do exercício vigente incluindo exercícios anteriores; sem considerar o planejamento da PO vigente, o que sobrecarrega ainda mais a demanda expressa anteriormente.

##### 1.3. Na Agência Bancária

- Outra relevante dificuldade é concernente ao atraso no repasse do recurso por parte de algumas agências bancárias aos estabelecimentos comerciais, após o ofício de autorização encaminhado pelo Incra; esta atitude além de comprometer a credibilidade da própria agência, compromete ainda o Incra e as organizações de agricultores

- envolvidos;
- Há ainda uma expressiva demora quando da solicitação por parte do Incra referente a saldos de aplicações, principalmente de exercícios anteriores, comprometendo o acompanhamento e a prestação parcial de contas nos processos sobre a guarda da Regional.

Apesar das dificuldades foi possível a execução física do Recurso disponibilizado nas contas de várias Associações, desde exercícios anteriores, até 2009. No total foram aplicados R\$ 11.531.097,13, sendo, na Modalidade Apoio Inicial R\$ 4.628.602,69, e R\$ 6.902.494,44 pagos na Modalidade Aquisição de Material de Construção e Recuperação, culminando esta com a edificação de 520 casas neste exercício.

É interessante que a direção da Autarquia conjuntamente com a Regional promova uma discussão/seminário no sentido de montar uma estratégia mais adequada para a implantação do crédito instalação na região do Oeste do Pará.

### 2.3.1.14 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

#### *Dados gerais da ação*

**Tipo da Ação:** Atividade

**Finalidade:** Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

**Descrição:** Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Vinícius Ferreira de Araújo

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

#### *Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ*

##### **Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	4	Recurso	0	0	0	0

Fonte: Caderno de metas PO/2009, LOA 2009, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoria e Avaliação - SIR

##### **Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ**

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
1.443.427,00	2.519.998,10	2.519.968,10	100	2.418.576,64	96	2.418.531,64	96

Fonte: SIAFI 2009

A Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento da SR30 tem sob sua responsabilidade as ações de concessão do crédito instalação, assistência técnica, social e ambiental, projetos básico ambiental, plano de desenvolvimento e de recuperação dos assentamentos, infra-estrutura básica, educação no campo, Pronaf, medição e demarcação de perímetro e parcelas, titulação às famílias assentadas, apoio à agroindústria e retomada de áreas ocupadas irregularmente.

A Superintendência Regional de Santarém tem demanda reprimida por aplicação de políticas públicas nos assentamentos rurais colossal, a aplicação do crédito instalação a fiscalização de convênios de infra-estrutura, bem como a realização de revisões ocupacionais nos assentamentos antigos, demandam uma crescente necessidade de viagens a campo, muitas vezes insuficientes para atender toda a demanda existente.

A utilização dos recursos disponibilizados na GAP possibilitaram uma maior presença de servidores em campo, garantido assim a aplicação de mais de 11 milhões de reais em execução física do crédito instalação, a aplicação de mais de 15 milhões em infra-estrutura e possibilitou a revisão ocupacional de mais de 2.000 parcelas rurais.

### **2.3.2 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas**

#### ***Dados Gerais do Programa***

**Tipo de Programa:** Finalístico

**Objetivo Geral:** Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo

**Objetivos Específicos:** Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

**Gerente do programa:** Richard Martins Torsiano.

**Responsável pelo programa no âmbito da UJ:** Natasha Soares Teixeira

**Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:** Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.

**Público-alvo (beneficiários):** Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrais de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

#### **Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo<sup>3</sup>**

---

<sup>3</sup> Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

## **Principais Ações do Programa**

### **2.3.2.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural**

#### ***Dados gerais da ação***

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

**Descrição:** a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Luciméri Selivon

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

## ***Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ***

### **Execução Física das ações realizadas pela UJ**

<b>Função (a)</b>	<b>Subfunção (b)</b>	<b>Tipo da Ação (c)</b>	<b>Prioridade (d)</b>	<b>Unidade de Medida (e)</b>	<b>Meta prevista PO 2009 (f)</b>	<b>Meta realizada (g)</b>	<b>Meta a ser realizada em 2010 (h)</b>	<b>Percentual da Meta realizada (i = g/f)</b>
21	125	A	3	Imóvel	8883	1157	0	13,0

Fonte: Caderno de metas PO/2009, LOA 2009, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoria e Avaliação - SIR

### **Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ**

<b>PO 2009</b>	<b>Provisão Recebida</b>	<b>Empenho Emitido</b>		<b>Empenho liquidado</b>		<b>Valor Pago</b>	
<b>R\$(a)</b>	<b>R\$(b)</b>	<b>R\$(c)</b>	<b>% (d=c/b)</b>	<b>R\$(e)</b>	<b>% (f=e/b)</b>	<b>R\$ (f)</b>	<b>% (g=f/b)</b>
<b>79.950,00</b>	<b>110.030,05</b>	<b>110.030,05</b>	<b>100</b>	<b>110.030,05</b>	<b>100</b>	<b>110.030,05</b>	<b>100</b>

Fonte: SIAFI 2009

A ação de Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural tem como objetivo executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamentos, regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas, ou seja, manter o controle do cadastro de imóveis rurais, tanto públicos como de particulares, objetivando conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de registro imobiliário, de controle de aquisição de terras por estrangeiro, de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes.

Os formulários para cadastramento de imóveis são recepcionados pela Superintendência, bem como nas suas Unidades Avançadas, e nas Unidades Municipais de Cadastramento (UMC), nas quais, prefeituras celebram Termo de Cooperação Técnica com a Superintendência para desenvolverem ações de recepção, análise e atualização dos imóveis rurais abaixo de 04 módulos fiscais no SNCR.

No âmbito da SR-30, 09 (nove) municípios celebraram o TCT com o INCRA no ano de 2009: Novo Progresso, Porto de Moz, Brasil Novo, Oriximiná, Almeirim, Aveiro, Itaituba, Belterra e Óbidos. Dentre esses, 06 (seis) desenvolvem ações de cadastro de imóveis de até 04 módulos fiscais, as demais sofrem com a falta de apoio das próprias prefeituras, como infraestrutura mínima para seu funcionamento (computadores, mobiliário, acesso a internet, recursos humanos).



Como se pode observar, a meta proposta na PO2009 de 8883 atualizações cadastrais não foi atingida, porém o recurso foi totalmente utilizado. Isso mostra que o gasto não está ligado ao cadastramento de imóveis no SNCR, uma vez que quase não há utilização de recurso ao se cadastrar/atualizar imóveis no sistema. Os mesmos foram utilizados em despesas com diárias, passagens e material de consumo para as ações de treinamento, qualificação e supervisão das UMC's, além da utilização no treinamento em Cadastro Rural, aos 03 servidores que atualmente trabalham no serviço.

### 2.3.2.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

#### *Dados gerais da ação*

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Modernizar banco de dados informatizado, objetivando manter atualizadas as informações sobre 5.000.000 de imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, e disponibiliza-lo via internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando à construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

**Descrição:** Manutenção e atualização do banco de dados responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais literais e gráficas dos imóveis rurais e seus detentores.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Luciméri Selivon.

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

#### *Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ<sup>4</sup>*

##### **Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	126	A	3	4	0	0	0	0

Fonte: Caderno de metas PO/2009, LOA 2009, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoria e Avaliação - SIR

##### **Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ**

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0,00	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0

Fonte: SIAFI

Para a Ação de Cadastro Rural no exercício 2009 não se definiu meta física, e também não foram garantidos ou mesmo disponibilizados recursos orçamentários para tal ação. No exercício 2009 esta Regional não executou serviços de cadastramento.

<sup>4</sup> Não aplicável à natureza jurídica da UJ

## Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

### *Dados gerais da ação*

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

**Descrição:** Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Edvaldo Gomes.

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

### *Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ*

#### **Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	4	ha	0	0	0	0

Fonte: Caderno de metas PO/2009, LOA 2009, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoria e Avaliação - SIR

#### **Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ**

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho liquidado	Valor Pago
---------	----------------------	-----------------	-------------------	------------

<b>R\$(a)</b>	<b>R\$(b)</b>	<b>R\$(c)</b>	<b>% (d=c/b)</b>	<b>R\$(e)</b>	<b>% (f=e/b)</b>	<b>R\$ (f)</b>	<b>% (g=f/b)</b>
<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>

Fonte: SIAFI

Para as atividades de georreferenciamento da malha fundiária nacional no exercício 2009 não se definiu meta física, e também não foram garantidos ou mesmo disponibilizados recursos orçamentários para tal ação. No exercício 2009 a Divisão de Regularização Fundiária da Amazônia Legal não executou serviços de georreferenciamento.

### 2.3.2.3 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

#### *Dados gerais da ação*

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

**Descrição:** Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Márcio Marreck Berbigier

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

#### *Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ*

##### **Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	ha	8571	75098	0	876,2

Fonte: Caderno de metas PO/2009, LOA 2009, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoria e Avaliação - SIR

##### **Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ**

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
60.000,00	368.152,00	368.152,00	100	364.468,97	99	364.468,97	99

Fonte: SIAFI 2009

A destinação de terras públicas baseia-se no princípio da democratização de acesso a terra por meio da regularização da situação jurídica dos posseiros com a expedição de títulos definitivos, incluindo a ratificação dos títulos já emitidos.

No exercício de 2009, com a Lei 11.952 de 25 de Junho de 2009 e a criação da Divisão de Regularização Fundiária da Amazônia Legal/Santarém – PA a atribuição para execução das ações de regularização fundiária passou para tal divisão. O programa terra legal tem como objetivo acelerar o processo de regularização fundiária na Amazônia Legal, tanto em áreas rurais como em áreas urbanas a fim de atender a demanda e promover o desenvolvimento sustentável da região.

No exercício de 2009, a divisão emitiu 235 títulos definitivos somando uma área destinada de 75.098ha e realizou 291 vistorias rurais totalizando uma área de 121.976,4465 Há.

No exercício 2009, foi criada a nova estrutura para destinação de terras públicas federais “Programa Terra Legal”, portanto as principais dificuldades que foram encontradas foi justamente a adequação e estruturação da equipe de trabalho.

### 2.3.2.4 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

#### *Dados gerais da ação*

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

**Descrição.** Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Márcio Marreck Berbigier

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

#### *Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ*

##### **Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	4	ha	0	2.690,0445	0	0

Fonte: Caderno de metas PO/2009, LOA 2009, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoria e Avaliação - SIR

##### **Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ**

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0,00	0,00	0,00	0	0,00	0%	0,00	0

Fonte: SIAFI 2009

Para as atividades de retomada de terras públicas no exercício de 2009 não foram garantidos ou mesmo disponibilizados recursos orçamentários, como também não se definiu metas físicas, contudo foram executadas atividades não onerosas com a finalidade de atender apenas as demandas da Procuradoria Regional Especializada visando subsidiar ação de retomada de terras públicas. Especificamente sobre tal ação, a Divisão de Regularização Fundiária da Amazônia Legal não teve efetiva participação na execução dos trabalhos e, portanto, não pode se manifestar sobre os resultados e os principais problemas encontrados.

### 2.3.2.5 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

#### *Dados gerais da ação*

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

**Descrição.** Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Márcio Marrek Berbigier

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

#### *Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ*

##### **Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	4	ha	0	0	0	0

Fonte: Caderno de metas PO/2009, LOA 2009, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoria e Avaliação - SIR

##### **Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ**

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0,00	611.354,11	610.354,11	100	603.550,71	99	603.550,71	99

Fonte: SIAFI 2009

No exercício 2009 não foram definidas metas físicas, contudo foram provisionados R\$ 611.354,11 (Seiscentos e onze mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e onze centavos) dos quais R\$ 610.354,11 (Seiscentos e dez mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e onze centavos) foram empenhados e R\$ 603.550,71 (Seiscentos e três mil, quinhentos e cinquenta reais e setenta e um centavos) foram liquidados.

O programa de Regularização Fundiária na Amazônia Legal instituída pela MP 458 de 20/02/2009 e convertida na Lei 11.952 de 25/06/2009, que criou o programa terra legal, definiu em 03 etapas o processo para a regularização fundiária das posses: 1º etapa – cadastramento das posses; 2º etapa – Georreferenciamento das posses e 3º etapa – titulação.

A ação de cadastramento, etapa 1, é uma ação preparatória para a destinação de terras publicas e tem como objetivo a identificação e localização da posse bem como dos



ocupantes das terras publicas em determinada região. O cadastramento permite a inclusão dos cadastrados no SISTERLEG – Sistema Terra Legal.

Dentro do exercício 2009, a Divisão de Regularização Fundiária da Amazônia Legal/Santarém –PA, foram realizados 2.365 cadastros e identificação de imóveis onde totalizam 896.787,6952 Há. Os cadastros foram realizados nas sedes dos municípios, bem como nas comunidades dentro da gleba.

O diagnostico realizado teve por objetivo proporcionar o levantamento das informações ocupacionais, para subsidiar a realização dos projetos básicos, bem como uma ferramenta para orientar a contratação de serviços de Georreferenciamento.

O principal resultado foi à identificação e o cadastramento no SISTERLEG de 2.365 posses rurais totalizando 896.787,6952 Há.

As principais dificuldades encontradas foram: o numero reduzido de servidores que refletiu diretamente na dificuldade de mobilização dos agricultores para realizarem o cadastramento.

### 2.3.2.6 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

#### *Dados gerais da ação*

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

**Descrição:** Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Richard Martins Torsiano.

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

#### *Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ*

##### **Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	4	Recurso	0	0	0	0

Fonte: Caderno de metas PO/2009, LOA 2009, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoria e Avaliação - SIR

##### **Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ**

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
29.600,00	187.666,46	187.666,46	100	186.753,04	100	186.753,04	100

Fonte: SIAFI 2009

Os recursos desta ação foram utilizados em diárias e passagens para atendimento às convocatórias na Sede para elaboração de proposta de Instrução Normativa destinada aos

novos procedimentos para regularização fundiária na Amazônia Legal; Participação de reuniões com os diversos órgãos públicos afins.

Convém salientar que os recursos desta ação, por ser tratar de natureza generalizada, são utilizados por outras ações (2110, 4426, 8378 e 8380), pois tratam de ações contidas no mesmo programa, 0138.

### **2.3.3 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário**

#### ***Dados Gerais do Programa***

**Tipo de Programa:** Gestão de Políticas Públicas

**Objetivo Geral:** Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

**Objetivos Específicos:** Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

**Gerente do programa:** Daniel Maia.

**Responsável pelo programa no âmbito da UJ:** Eliana Nazaré da Silva

**Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:** não tem.

**Público-alvo:** Servidores.

**Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo<sup>5</sup>**

---

<sup>5</sup> Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

## Principais Ações do Programa

### 2.3.3.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

#### *Dados gerais da ação*

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

**Descrição:** Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Ronaldo Alves de Souza.

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

#### *Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ*

##### **Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	128	A	4	Servidor	86	44	0	51,2

Fonte: Caderno de metas PO/2009, LOA 2009, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoria e Avaliação - SIR

##### **Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ**

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
21.189,00	83.303,26	83.303,26	100	82.468,26	99	82.468,26	99

Fonte: SIAFI 2009

É possível observar que, durante o Exercício 2009, todas as Divisões da Superintendência Regional do INCRA em Santarém tiveram servidores participando de eventos de capacitação, como cursos e congressos, destinados às áreas-meio e fim da Instituição, sendo de extrema importância para o cumprimento da missão organizacional o aprimoramento dos servidores que atuam em suas mais diversas áreas. E isso só foi possível devido à grande quantidade de recursos financeiros disponibilizados, sendo esta bem maior que a quantidade inicialmente prevista.

Porém, a SR(30) tem como grande entrave o fato de não haver na cidade de Santarém empresas que atuem na área de realização de eventos de capacitação voltados às competências do INCRA, e nem mesmo a realização destes eventos organizados por empresas

localizadas em outros municípios. Isto onera o processo de viabilizar a participação de servidores em tais eventos, visto que a ele acrescenta-se o custo com o deslocamento dos mesmos, que passa a incluir passagens e diárias.

Outro grande problema enfrentado por esta Regional é o número insuficiente de servidores lotados na Superintendência, que por atuar numa região que exige atividade intensa por parte da Instituição, faz com que os servidores sejam submetidos a uma grande carga de trabalho, impossibilitando que eles realizem uma melhor administração dos recursos destinados à capacitação, no sentido de abranger um maior número de servidores com menos gastos, ou seja, com mais eficiência, principalmente no que se refere à lotação de servidores nas áreas-meio.

### **2.3.4 Programa 1120 – Paz no Campo**

#### ***Dados Gerais do Programa***

**Tipo de Programa:** Finalístico.

**Objetivo Geral:** Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

**Objetivos Específicos:** Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

**Gerente do programa:** Gercino José da S. Filho.

**Responsável pelo programa no âmbito da UJ:** Ademar Telles

**Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:** Assassinos decorrentes de conflitos agrários.

**Público-alvo (beneficiários):** Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

**Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo<sup>6</sup>**

---

<sup>6</sup> Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

## Principais Ações do Programa

### 2.3.4.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

#### *Dados gerais da ação*

**Tipo da Ação:** Ação orçamentária

**Finalidade:** Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

**Descrição:** a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seu acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando à capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Nilton Bezerra Guedes

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

#### *Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ*

##### **Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	4	Família	1071	12934	0	1207,7

Fonte: Caderno de metas PO/2009, LOA 2009, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoria e Avaliação - SIR

##### **Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ**

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
120.000,00	308.233,64	308.233,64	100	301.603,64	98	301.603,64	98

Fonte: SIAFI 2009



O Regimento Interno do Incra (art. 103º, IV) expressa que à Ouvidoria Agrária Regional cabe:

- a) Prevenir e mediar conflitos agrários;
- b) Articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das partes envolvidas em conflitos agrários;
- c) Receber, processar e oferecer encaminhamentos às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários;
- d) Outras atividades compatíveis com suas atribuições.

Atendendo a estes princípios, a Ouvidoria Agrária Regional, em 2009 atendeu emergencialmente 19.830 famílias de trabalhadores rurais acampados em todo o Oeste do Pará, nas formas: distribuição de 12.439 Cestas de Alimentos do Programa Fome Zero; 6.896 atendimentos de demandas de documentação da mulher trabalhadora como forma de garantia dos direitos fundamentais básicos. Além disso, empreendeu constantes visitas *in loco* nos acampamentos para verificação de ameaças à integridade física dos trabalhadores, bem como para encaminhar para autoridades ligadas ao agrário suas demandas, a fim de acelerar e solucionar as questões conflitantes.

### **2.3.5 Programa 1336 – Brasil Quilombola**

#### ***Dados Gerais do Programa***

**Tipo de Programa:** Finalístico.

**Objetivo Geral:** Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

**Objetivos Específicos:** Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

**Gerente do programa:** **Alexandro da Anunciação Reis**

**Responsável pelo programa no âmbito da UJ:** Martfran Albuquerque

**Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:** Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

**Público-alvo (beneficiários):** População de comunidades remanescentes de Quilombos.

**Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo<sup>7</sup>**

---

<sup>7</sup> Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

## Principais Ações do Programa

### 2.3.5.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

#### *Dados gerais da ação*

**Tipo da Ação:** Projeto.

**Finalidade:** Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

**Descrição:** Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Givânia Maria da Silva

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

#### *Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ*

##### **Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	Comunidade	7	0	0	0

Fonte: Caderno de metas PO/2009, LOA 2009, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoria e Avaliação - SIR

##### **Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ**

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
193.500,00	8.500,00	8.500,00	100	8.500,00	100	8.500,00	100

Fonte: SIAFI 2009

No exercício de 2009, além de reuniões em comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares para discorrer sobre como se procede à regularização fundiária de terras quilombolas pelo INCRA, e em alguns casos intervenção e mediação de conflitos advindos após pleito das comunidades visando à garantia do direito a posse da terra dessa população quilombola enquanto não ocorre à titulação. Houve no período o acompanhamento e o suporte técnico-administrativo dos processos das Comunidades Arapemã, Bom Jardim e Saracura que tiveram seus Relatórios Técnicos de Identificação e

Delimitação - RTIDs publicados em 2008. Estes aportavam sequencialmente na fase de contestação, que incluíam: recepção das manifestações e contestações aos RTIDs publicados de interessados não quilombolas e de órgãos e entidades públicas consultados; análise técnica e jurídica das contestações por parte do INCRA e julgamento das mesmas; e, notificação aos interessados sobre decisão do Colegiado interno regional, com abertura de prazo ao recurso. Para conclusão desta fase das contestações, aguarda-se o julgamento dos recursos pelo Conselho Diretor do INCRA (Sede) e novamente notificações daqueles que entraram com recurso em tempo hábil e, por fim, emissão de portaria de reconhecimento dos limites das terras quilombolas das 3 comunidades para poder se dar andamento aos demais procedimentos até a titulação definitiva.

**Procedimentos Pós-Publicação de RTID: acompanhamento e suporte técnico-administrativo.**

<b>COMUNIDADE (Processo)</b>	<b>MUNICÍPIO/UF</b>	<b>Área Pretendida (em hectares)</b>	<b>Família cadastrada</b>
Arapemã	Santarém-PA	3.828,98	79
Bom Jardim	Santarém-PA	2.654,86	77
Saracura	Santarém-PA	2.889,96	135
<b>TOTAL</b>		<b>9.373,80</b>	<b>288</b>

**Fonte:** Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária (2010).

Reportando-se ao quadro de Execução Física, onde traz a meta prevista para 7 (sete) unidades de comunidades tituladas e “nenhum” resultado alcançado, tem-se que relatar a princípio o débil quadro de pessoal na instituição/setor para realização dos estudos derivantes desta ação do programa e, por conseguinte, a falta de confecção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do território quilombola identificado como previsto. O RTID diz respeito a estudos complexos que abrangem diversas áreas de conhecimento, sobretudo estudo de natureza etno-racial e antropológica, base inicial para o regular enveredamento dos procedimentos de regularização de terras quilombolas. A ausência deste, praticamente impõe os processos em condição de sobrestamento. Alternativamente, mediante conversas e convites a núcleos de produção técnico-científica vinculados a universidades com perfil para a produção de tais estudos, propôs-se parceria ou possível ajuste para atender a demanda. Sugiram as primeiras propostas e uma (da Universidade Federal Fluminense - UFF) foi a que efetivamente chegou a ser motivação de abertura de processo para fins de celebração. Porém, não se teve consenso de como viabilizar o ajuste e a sua celebração. Pontos que se consideraram óbice à celebração: os estudos técnicos são compreendidos como atividades-fim

da autarquia, recomendações precedentes de órgãos de controle e/ou falta de regulamentação de itens no que tange transferência de recursos entre entes públicos federais. Quanto ao tema, pressupõe-se maiores esclarecimentos na base responsável pela execução da ação e, assim, aplicar adequada e eficazmente os recursos orçados para essa ação do programa de governo e outros.

Em se tratando de meta física como proposto na POA2009, ou seja, de 7 (sete) **comunidades tituladas**, declara-se de difícil execução, mesmo em condições operacional e financeiro favoráveis que se tenha em um só exercício, dado ao rito de procedimentos necessários adotado pela instituição (INCRA) e em atendimento aos preceitos em vigor. Isto é, a “Ação 1642 – Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos” como se observa, tem fases ou sub-ações que demandam cada uma tempo para realização, cumprimento de prazos legais, recursos humanos (equipes multidisciplinares) e recursos financeiros para sua concretização. No entanto, admitindo-se como meta física o conceito de que o simples início das atividades de reconhecimento, identificação, demarcação, desintrusão e titulação em comunidade quilombola, presume-se que seria mais conveniente, logo, os resultados esperados ficarão mais visíveis a cada ano. E, adicionalmente, em determinado campo informar em que etapa da ação se encontra cada comunidade - publicação de RTID; contestação; portaria de reconhecimento; decreto por interesse social; desintrusão (reassentamento de famílias e indenizações); demarcação (georreferenciamento); e, titulação.

### 2.3.5.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

#### *Dados gerais da ação*

**Tipo da Ação:** Operações Especiais.

**Finalidade:** Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

**Descrição:** Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Givânia Maria da Silva

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

#### *Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ*

##### **Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	ha	0	0	0	0

Fonte: Caderno de metas PO/2009, LOA 2009, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoria e Avaliação - SIR

##### **Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ**

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI 2009

Para a Ação Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos no exercício 2009 não se definiu meta física, e também não foram garantidos ou mesmo disponibilizados recursos orçamentários para tal ação. No exercício 2009 o Serviço Quilombola não executou os serviços de indenizações.

### **2.3.6 Programa 1350 – Educação no Campo**

#### ***Dados Gerais do Programa***

**Tipo de Programa:** Finalístico.

**Objetivo Geral:** Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

**Objetivos Específicos:** Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

**Gerente do programa:** César José de Oliveira.

**Responsável pelo programa no âmbito da UJ:** Gilvander Barrios

**Indicadores ou parâmetros utilizados:** Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária não alfabetizados.

**Público-alvo (beneficiários):** Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária. De acordo com a Norma de execução/DA/INCRA nº 8 de 30 de janeiro de 2009, art3º as superintendências Regionais do INCRA (SR-01/PA; SR-02/CE; SR – 05/BA; SR-06MG; SR-07/RJ; SR-08/SP; SR-10/SC; SR-18/PB; SR-19/RN; SR-20/ES; SR-22/AL; SR-23/SE; SR-24/PI; SR-26/TO; SR-28/DFE; SR-29/MSF; SR-30/SANTÁREM e o INCRA/Sede), apresentarão o processo de prestação de contas consolidado do exercício. Desta forma trabalharemos com as 17 superintendências regionais e o INCRA/SEDE.

#### **Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo<sup>8</sup>**

---

<sup>8</sup> Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

## Principais Ações do Programa

### 2.3.6.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

#### *Dados gerais da ação*

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

**Descrição:** Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Clarice Aparecida do Santos

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

#### *Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ*

##### **Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	366	A	4	Trabalhador	0	0	0	0

Fonte: Caderno de metas PO/2009, LOA 2009, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoria e Avaliação – SIR



**Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ**

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0,00	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0

Fonte: SIAFI 2009

Para a Ação Educação de Jovens e Adultos no Campo no exercício 2009 não se definiu meta física, e também não foram garantidos ou mesmo disponibilizados recursos orçamentários para tal ação. No exercício 2009 esta Regional não executou serviços relacionados à ação de educação de jovens e adultos no campo.

### **2.3.6.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social**

#### ***Dados gerais da ação***

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

**Descrição:** Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no último período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo quais estes passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Clarice Aparecida dos Santos.

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

#### ***Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ***

**Execução Física das ações realizadas pela UJ**

<b>Função (a)</b>	<b>Subfunção (b)</b>	<b>Tipo da Ação (c)</b>	<b>Prioridade (d)</b>	<b>Unidade de Medida (e)</b>	<b>Meta prevista PO 2009 (f)</b>	<b>Meta realizada (g)</b>	<b>Meta a ser realizada em 2010 (h)</b>	<b>Percentual da Meta realizada (i = g/f)</b>
21	363	A	3	Profissional	0	0	0	0

Fonte: Caderno de metas PO/2009, LOA 2009, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoria e Avaliação – SIR

#### **Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ**

<b>PO 2009</b>	<b>Provisão Recebida</b>	<b>Empenho Emitido</b>		<b>Empenho liquidado</b>		<b>Valor Pago</b>	
<b>R\$(a)</b>	<b>R\$(b)</b>	<b>R\$(c)</b>	<b>% (d=c/b)</b>	<b>R\$(e)</b>	<b>% (f=e/b)</b>	<b>R\$ (f)</b>	<b>% (g=f/b)</b>
<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: SIAFI 2009

Para a Ação Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social no exercício 2009 não se definiu meta física, e também não foram garantidos ou mesmo disponibilizados recursos orçamentários para tal ação. No exercício 2009 esta Regional não executou serviços relacionados à ação.

### 2.3.6.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

#### *Dados gerais da ação*

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sócio-política e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos.

**Descrição:** Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Clarice Aparecida dos Santos.

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

#### *Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ*

##### **Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	363	A	3	Profissional	0	0	0	0

Fonte: Caderno de metas PO/2009, LOA 2009, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoria e Avaliação - SIR

##### **Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ**

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho liquidado	Valor Pago
---------	----------------------	-----------------	-------------------	------------

R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
258.000,00	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0

Fonte: SIAFI 2009

Não foi firmado parceria para a realização de Projetos financiados pelo Programa no ano de 2009.

Principais problemas:

- ✓ Falta de parceiros preparados tecnicamente para executar o Programa;
- ✓ Falta de entendimento dos objetivos do Programa pelos parceiros;
- ✓ Falta de propostas bem elaboradas;
- ✓ Fragilidade legal do Programa;
- ✓ Impedimentos jurídicos que dificultam a operacionalização do Programa;

Os resultados obtidos nesta ação não foram significativos, pois refletem a falta de prioridade dada ao Programa pela Superintendência, que demora na liberação de recursos financeiros para os Projetos em execução, por exemplo. Este fato, somado as dificuldades de ordem legal enfrentadas pelo Programa desde os exercícios anteriores, inviabiliza a execução dos projetos de forma uniforme e de acordo com o que fora previsto nos projetos básicos e a implantação de novas propostas.

Além disso, tal situação é resultado também da falta de competência administrativa dos parceiros em relação ao controle das informações dos Projetos como: número de alunos, valor das transferências financeiras, relação de pagamento de profissionais, etc. Essas variáveis burocráticas acabam paralisando as instituições, bem como a atuação das organizações representativas conduzindo a uma pífia execução do “PRONERA” no exercício de 2009.

#### 2.3.6.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

##### *Dados gerais da ação*

**Tipo da Ação:** Atividade

**Finalidade:** Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

**Descrição:** Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas;

promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Clarice Aparecida dos Santos.

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

##### *Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ*

###### **Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	3	Recurso	0	0	0	0

Fonte: Caderno de metas PO/2009, LOA 2009, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoria e Avaliação - SIR

###### **Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ**

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
15.000,00	24.629,40	24.629,40	100	24.629,40	100	24.629,40	100

Fonte: SIAFI 2009

Os recursos orçamentários disponibilizados foram aplicados no acompanhamento, correções e ajustes dos convênios firmados nos exercícios anteriores, bem como no planejamento de novos convênios e ações do programa.

## **Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura**

### ***Dados Gerais do Programa***

**Tipo de Programa:** Finalístico.

**Objetivo Geral:** Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

**Objetivos Específicos:** Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

**Gerente do programa:** Adoniram Sanches Peraci.

**Responsável pelo programa no âmbito da UJ:** Sueliria Duarte

**Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:** taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar.

**Público-alvo (beneficiários):** Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

### **Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo<sup>9</sup>**

---

<sup>9</sup> Não aplicável à natureza jurídica da UJ.



## Principais Ações do Programa

### 2.3.6.5 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

#### *Dados gerais da ação*

**Tipo da Ação:** Atividade

**Finalidade:** Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

**Descrição:** Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Vinícius Ferreira de Araújo

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

#### *Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ*

##### **Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	606	A	3	Família	9901	0	7921	0

### Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
7.485.446,00	3.670.450,00	3.670.450,00	100	358.048,30	10	358.048,30	10

Fonte: SIAFI 2009

O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES, tem como objetivo principal garantir e ampliar a renda agrícola, fortalecendo a agricultura familiar. A principal ação é a prestação de serviços de assessoria técnica e capacitação das famílias beneficiária da reforma agrária e comunidades tradicionais.

A Superintendência Regional de Santarém no ano de 2009 através de convênios e contratos celebrados com prestadoras de ATES obteve avanços e retrocessos que serão descritos abaixo:

- a.1. Visibilidade e entendimento a respeito do programa perante as famílias;
- a.2. Fortalecimento do processo organizativo das comunidades (associações, cooperativas etc.);

#### Principais Problemas:

b.1. Instituições com dificuldades de se adequarem a Portaria Interministerial Nº. 127/2008.

b.2. Prestadoras de serviços com dificuldades em prestar serviços de ATES conforme o Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER. O quadro de técnicos, por não ter experiência em Assessoria Técnica, tem limitações de tratar temas como de políticas para reforma agrária, agroecologia, gestão social, PRONAF, etc.

b.3. Prestadoras com déficit no quadro de profissionais e com infraestrutura para prestação dos serviços limitada. As cooperativas não dispõem no seu quadro técnico de profissionais cooperados, fator este limitante na celebração de contratos e que culminou na suspensão dos trabalhos de ATES vigentes no ano de 2009. Soma-se a isso a infraestrutura dos escritórios locais de prestação de serviços deixaram a desejar.

b.4. Rotatividade no quadro de profissionais dos Núcleos Operacionais. As constantes contratações de novos técnicos interferem diretamente na continuidade e na qualidade dos serviços prestados.

b.5. Atraso no repasse dos recursos financeiros às prestadoras.

b.6. Recursos humanos insuficiente no serviço de ATES desta regional do INCRA. Os servidores disponibilizados para o acompanhamento e a fiscalização dos serviços de ATES acumulam funções tais como: assegurado de PRONAF, Terra Sol e PRONERA.

Nesta regional houve a celebração de 6 (seis) instrumentos para a prestação de serviços de ATES em 2009 conforme especificado a seguir:

c.1. Seis contratos abrangendo 17 assentamentos, beneficiando 5.250 famílias com a Cooperativa de Profissionais do Vale do Araguaia – COOPVAG.

### 2.3.6.6 Ação 2272 - Gestão do Programa

#### *Dados gerais da ação*

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

**Descrição:** Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Vinícius Ferreira de Araújo

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

#### *Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ*

##### **Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	3	Recurso	0	0	0	0

Fonte: Caderno de metas PO/2009, LOA 2009, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoria e Avaliação - SIR

##### **Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ**

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
89.547,00	284.049,59	284.049,59	100	274.872,30	97	274.872,30	97

Fonte: SIAFI 2009

O acompanhamento, a fiscalização e o monitoramento dos serviços contratados e conveniados, seja no aspecto quantitativo como qualitativo, possibilitou ajustes e correções ao

longo do processo de prestação de serviços de ATES.

Os recursos disponíveis para o acompanhamento dos serviços de ATES, no ano de 2009 foram insuficientes (PO 2009) para o número de contratos e a dimensão do convênio. Sendo que no total tivemos 6 contados executados em 2009, atendendo 17 Projetos e 5.252 famílias, a fiscalização e monitoramento exigem viagens mensais. E a principal dificuldade foram as grandes distancias entre os assentamentos e o corpo técnico reduzido para o volume de fiscalizações exigidas.

O convenio plurianual exige ao mesmo tempo um menor acompanhamento, porem a dimensão do mesmo exige uma constante fiscalização. Foram abarcados neste convenio 31 projetos sendo atendidos 16.349 famílias, em 14 municípios da SR 30.

## **Programa 0750 – Apoio Administrativo**

### ***Dados Gerais do Programa***

**Tipo de Programa:** Apoio Administrativo.

**Objetivo Geral:**

**Objetivos Específicos:** Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

**Gerente do programa:** Eva Maria de Sousa Sardinha

**Responsável pelo programa no âmbito da UJ:**

**Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:** Não tem.

**Público-alvo (beneficiários):** Não tem.

**Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo<sup>10</sup>**

---

<sup>10</sup> Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

## **Principais Ações do Programa**

### **2.3.6.7 Ação 2000 - Administração da Unidade**

#### ***Dados gerais da ação***

**Tipo da Ação:** Atividade

**Finalidade:** Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

**Descrição:** A atividade padronizada à Administração da Unidade substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Maria do Socorro Freire de Oliveira e Superintendentes Regionais.

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

## ***Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ***

### **Execução Física das ações realizadas pela UJ**

<b>Função (a)</b>	<b>Subfunção (b)</b>	<b>Tipo da Ação (c)</b>	<b>Prioridade (d)</b>	<b>Unidade de Medida (e)</b>	<b>Meta prevista PO 2009 (f)</b>	<b>Meta realizada (g)</b>	<b>Meta a ser realizada em 2010 (h)</b>	<b>Percentual da Meta realizada (i = g/f)</b>
21	122	A	3		0	0	0	0

Fonte: Caderno de metas PO/2009, LOA 2009, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoria e Avaliação - SIR

### **Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ**

<b>PO 2009</b>	<b>Provisão Recebida</b>	<b>Empenho Emitido</b>		<b>Empenho liquidado</b>		<b>Valor Pago</b>	
<b>R\$(a)</b>	<b>R\$(b)</b>	<b>R\$(c)</b>	<b>% (d=c/b)</b>	<b>R\$(e)</b>	<b>% (f=e/b)</b>	<b>R\$ (f)</b>	<b>% (g=f/b)</b>
863.520,00	3.184.737,86	3.184.702,66	100	2.718,398,59	85	2.714.737,32	85

Fonte: SIAFI 2009

Para entendermos os números acima elencados, faz-se necessário, inicialmente, conhecermos a função da Divisão de Administração. Logo, podemos dizer que a Administração tem como atividades:

- Coordenar e supervisionar as atividades do Serviço de Desenvolvimento Humano;
- Coordenar e supervisionar as atividades do Serviço de Contabilidade;
- Coordenar e supervisionar as atividades do Serviço de Administração e Serviços Gerais;
- Coordenar e supervisionar as atividades do Serviço de Orçamento e Finanças, e
- Coordenar e supervisionar as atividades das Unidades Avançadas e Postos.

Portanto, a Divisão de Administração tem como norte a viabilização das condições necessárias para o exercício e bom desempenho das áreas fins, as quais devem sempre atuar em parceria. Logo, cabe citar a disponibilidade de equipamentos para execução dos trabalhos dos técnicos em campo, ou seja, o controle dos veículos oficiais e condutores, os suprimentos necessários para realização das metas institucionais, a manutenção das viaturas (lubrificante, lavagem, peças, combustível).

Visando o aprimoramento das atividades desenvolvidas nas nossas Unidades Avançadas, e considerando o reduzido quadro funcional desta SR e Unidades, alguns servidores foram transferidos para a Unidade Avançada de Altamira com o intuito de atender a demanda. Entretanto não obtivemos êxito, razão pela qual foi necessário designar servidores, dentro das áreas desta Divisão, para auxiliarem as U.A's.

Embora as dificuldades orçamentárias tenham surgido no decorrer do exercício, os compromissos administrativos foram cumpridos em sua íntegra.

Identificamos como principal problema a insuficiência de servidores nos diversos setores da área administrativa, em especial na Contabilidade e na Licitação, estando ambos em constante deficiência de servidores qualificados para atuarem na área, pois contamos com um irrisório número para estes setores. Cabe destacarmos que os servidores que preencheram os requisitos para aposentadoria já a requereram, bem como os servidores que deixam esta Autarquia visando melhores remunerações e/ou retornam para sua cidade natal.

### 2.3.6.8 Ação 2003 - Ações de Informática

#### *Dados gerais da ação*

**Tipo da Ação:**

**Finalidade:**

**Descrição:**

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:**

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

#### *Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ*

##### **Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	126	A	3	4	0	0	0	0

Fonte: Caderno de metas PO/2009, LOA 2009, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoria e Avaliação - SIR

##### **Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ**

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
42.000,00	383.815,96	383.815,96	100	116.531,61	30	116.531,61	30

Fonte: SIAFI 2009

Tendo em vista que esta região tem diversos problemas com oscilação diária de energia elétrica, foram adquiridos os seguintes equipamentos: *no – break's*, estabilizadores e *swit's* com intuito de garantir a estabilidade do servidor.

Diante da necessidade de utilização dos sistemas (SIR, SIPRA, SICONV, SISPROT, SISDOC) nas Unidades Avançadas, foi realizada instalação de internet nas mesmas, facilitando os trabalhos desenvolvidos por elas.

Conforme é de nosso conhecimento o uso da internet é indispensável. Podemos citar, inclusive, uma simples consulta processual que antes demandava tempo em sua busca e agora não mais, ensejando assim em um melhor atendimento, bem como na celeridade no exercício das metas.

As dificuldades foram apenas no que concerne à morosidade do processo licitatório e todas as suas fases.



## **2.4 Desempenho Operacional**

### **2.4.1. Programação Orçamentária**

#### **2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias (UO)**

*Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.*

#### **2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes**

*Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.*

#### **2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital**

*Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.*

#### **2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência**

*Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.*

### 2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte:

Não se Aplica à natureza da UJ.

## 2.4.2 Execução Orçamentária

### Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

#### 2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	1.503.095,06	2.140.169,38	1.503.095,38	2.140.169,38
Concorrência	36.537.752,18	12.712.225,26	36.537.752,18	12.712.225,26
Pregão	5.013.610,75	5.936.931,13	5.013.610,75	5.936.931,13
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	3.953.655,50	2.198.430,44	3.953.655,50	2.198.430,44
Inexigibilidade	85.422,10	89.000,00	85.422,10	89.000,00
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	83.178,00	144.062,12	83.187,00	83.187,00
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	3.053.985,52	2.473.243,40	3.053.985,52	2.473.243,40
Outros				

Fonte: Balancetes Contábil extraído do SIAFI, referente aos exercícios de 2008 e 2009.

### 2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	14.836.615,18	16.540.802,50	0	0	12.895.964,00	7.381.096,11	5.033.937,21	6.926.833,40
1º elemento de despesa – 3.3.3.0.41	6.254.050,00	3.269.800,00	-	-	6.254.050,00	3.269.800,00	-	-
2º elemento de despesa – 3.3.9.0.35	4.062.830,0	400.650,00	-	-	4.062.830,00	42.061,70	-	358.588,30
3º elemento de despesa – 3.3.9.0.33	3.008.325,63	2.354.738,05	-	-	404.406,54	121.865,06	2.603.919,09	2.232.872,99
Demais elementos do grupo	4.519.735,18	10.515.614,45	-	-	2.174.677,46	3.947.369,35	2.430.018,12	6.568.245,10

Fonte: Balancetes Contábeis extraídos do SIAFI, referente aos exercícios de 2008 e 2009.

### 2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa.

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	37.334.793,95	24.339.623,26	0	0	36.697.345,24	18.054.567,80	637.448,71	6.285.055,46
1º elemento de despesa – 4.4.9.0.51	37.077.608,85	13.578.079,02			36.459.449,10	13.306.308,43	618.159,75	271.770,59
2º elemento de despesa – 4.4.9.0.52	257.185,10	152.610,00			237.896,14	138.214,00	19,288,96	14.396,00
3º elemento de despesa	-	10.608.934,24			-	4.610.045,37	-	5998.888,87
Demais elementos do grupo	-	-			-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	180.523.200,00	108.345.600,00	0	0	178.953.200,00	104.399.666,00	1.570.000,00	3.945.934,00
1º elemento de despesa- 4.5.9.0.66	180.523.200,00	108.345.600,00			178.953.200,00	104.399.666,00	1.570.000,00	3.945.934,00
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Balanços Contábeis extraídos do SIAFI, referentes aos exercícios de 2008 e 2009.

### 2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANOS		
	2007	2008	2009
<b>1. PASSAGENS</b>	<b>1.161.499,16</b>	<b>3.008.325,63</b>	<b>2.354.738,05</b>
<b>2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS</b>	<b>1.258.185,33</b>	<b>3.053.985,52</b>	<b>2.473.243,40</b>
<b>3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS</b>			
3.1. Publicidade	<b>3.600,00</b>	<b>9.000,00</b>	<b>40.000,00</b>
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	<b>124.944,72</b>	<b>302.653,28</b>	<b>1.271.006,74</b>
3.3. Tecnologia da informação			
3.4. Outras Terceirizações			
<b>4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL</b>	<b>-</b>	<b>56.703,84</b>	<b>112.229,17</b>
<b>5. SUPRIMENTO DE FUNDOS</b>	<b>169.048,68</b>	<b>83.187,0</b>	<b>144.062,12</b>
<b>TOTAIS</b>			

Fonte: Balanços Contábeis extraídos do SIAFI, referentes aos exercícios de 2007; 2008 e 2009

Em análise do quadro evolutivo das despesas apresentadas esclarecemos que no item passagem observa-se um aumento gradativo no exercício de 2008, face o acréscimo no número de deslocamentos propostos devido à força tarefa instalada nesta Regional. Com relação às diárias a oscilação dos valores é devido aos aumentos dos valores e a redução dos servidores de outras Regionais na execução dos serviços oriundos da força tarefa.

Quanto ao acréscimo nas despesas relacionado aos serviços de vigilância, limpeza e conservação dá-se especificamente ao fato desta Regional assumir as despesas anteriormente custeadas pela Regional de Belém.

### **2.4.5. Indicadores de Desempenho**

Este item será apresentado no item 16, pois o INCRA tem um conjunto de indicadores elaborados em parceria com o TCU.

### 3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

#### 3.1 Composição dos Recursos Humanos

##### 3.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
<b>Estatutários</b>	177	178	367
Próprios	177	178	367
Requisitados	0	0	0
<b>Celetistas</b>	0	0	0
<b>Cargos de livre provimento</b>	5	5	11
Estatutários	5	5	11
Não Estatutários	0	0	0
<b>Terceirizados</b>	79	0	107
<b>Total</b>	261	183	485

Fonte:



### 3.1.2 Composição e custos de Recursos Humanos

Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009						
Tipologia	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
<b>Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)</b>						
2007	189	2.593.633,36	180.684,23	4.859.860,05	293.816,97	4.481,92
2008	204	3.775.856,24	276.116,96	5.648.594,26	438.629,58	12.498,89
2009	179	5.507.540,42	278.172,40	3.591.407,06	592.693,15	0,00
<b>Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)</b>						
2007						
2008						
2009						
<b>Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)</b>						
2007	5		186.805,75			
2008	3		93.186,97			
2009	5		121.585,27			
<b>Requisitados com ônus para a UJ</b>						
2007						
2008						
2009						
<b>Requisitados sem ônus para a UJ</b>						
2007						
2008						
2009						

QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007			15	26.200,27			22	44.971,83
2008							17	45.110,07
2009	61	1.271.006,74	18	33.996,77			17	83.934,65

Nota: Nos exercício de 2007 e de 2008 as despesas de vigilância desta Regional eram custeadas pela Regional de Belém – SR(01).

3.2 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra

Nat.	Contrato	Empresa contratada	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.	
					Quantidade					
			Início	Fim	AT	Médio	EF	AT		Superior
Observação:										

Fonte:

### **3.3 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir.**

Sabe-se a importância de se adotar indicadores gerenciais, visto que os mesmos podem informar sobre a eficácia dos métodos para se alcançar os objetivos da instituição, porém a Superintendência Regional do INCRA em Santarém não possui, até o momento, indicadores gerenciais a nível regional para controlar as ações referentes à administração de recursos humanos, existindo como controle de informação, através da Sede do INCRA em Brasília, o acompanhamento da participação de servidores em eventos de capacitação.

### **3.4 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos**

O maior problema enfrentado pela Superintendência Regional de Santarém, no que se refere à situação do quadro de recursos humanos, é a imensa e urgente necessidade de se ampliar a quantidade de servidores lotados na sede e nas Unidades Avançadas jurisdicionadas a ela. A região Oeste do Pará apresenta grande e crescente demanda por ações de reforma agrária, o que implica não só na necessidade de aumento do quadro de servidores que compõem a área-fim da instituição, como também, no número de servidores que realizam as atividades de sua área-meio.

Foi possível observar, desde a realização do último concurso para o provimento de vagas na instituição, no ano de 2005, uma evasão considerável no número de servidores aqui inicialmente lotados, tendo ocorrido cerca de 30 desligamentos destes novos servidores, entre remoções, exonerações e vacâncias, além das 12 remoções para a Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, ocorridas em meados de 2009, sendo prevista a remoção de mais 08 servidores no primeiro semestre de 2010.

A isto se soma a preocupação com o quadro de servidores antigos, que está em sua maioria em vias de aposentadoria, o que poderia acarretar em um enorme prejuízo, por exemplo, à Unidade Avançada de Monte Alegre, que conta com 90% de seus servidores aptos a solicitar a concessão de aposentadoria.

A consequência de um reduzido número de servidores para realizar todos os procedimentos de manutenção das ações da Instituição é a sobrecarga de trabalho a que os mesmos ficam exposta, como por exemplo, o Serviço de Contabilidade da Divisão de Administração, que conta com apenas 01 (um) servidor ocupante do cargo de Contador, e o Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais, da Divisão de Obtenção, que possui apenas 01 (uma) Engenheira Florestal, sendo ela ocupante de Cargo de Provimento em Comissão.

Considerando os servidores lotados na sede da Superintendência em Santarém, podemos notar que, apesar da composição de servidores ocupantes de cargos relativos a área-meio da Instituição representar cerca de 50% do número total destes servidores, apenas cerca de 30% deles está designados às atividades de área-meio da

Superintendência, estando os outros 20% desenvolvendo atividades de apoio aos setores de área-fim. Com isso, atentamos para a necessidade da realização de concurso para o provimento de cargos que possam suprir essa necessidade, o que não foi observado na Portaria n.º 508, publicada no DOU n.º 249, de 30 de dezembro de 2009, editada pelo Ministério do Planejamento, onde o número de vagas ao cargo de Analista Administrativo representa apenas 27% do total de vagas a serem ocupadas, não tendo o cargo de Técnico Administrativo (Nível Intermediário) sido contemplado pela referida portaria.

Também se faz necessária a ampliação do quadro de terceirizados da Superintendência, levando em consideração as atividades imprescindíveis que os mesmos realizam, no que diz respeito ao apoio administrativo prestado por estes, que faz com que as atividades desenvolvidas pelos servidores sejam realizadas com mais eficiência, assim como no que diz respeito às atividades de Conservação e Vigilância, de importância inquestionável dentro da Instituição.

Quanto à análise qualitativa do quadro, no que diz respeito ao desempenho funcional dos servidores, é possível observar através das avaliações anuais realizadas, tanto no que diz respeito ao Estágio Probatório quanto à Progressão Funcional na Carreira, que quase 100% dos servidores têm um ótimo desempenho dentro de suas funções, apesar de não terem, em sua totalidade, participado de eventos de capacitação.

#### 4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

MOVIMENTO DA CONTA CONTÁBIL 2.1.2.1.11.00					
UG	CREDOR (CNPJ/CPF)	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO FINAL
<b>TOTAL</b>					

Fonte:

## 5. Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008				
2007				
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	298.096.733,83	6.147.809,74	6.134.014,31	285.814.909,78
2007	107.778.471,28	2.493,30	37.629.805,11	70.146.172,87
...	405.875.205,11	6.150.303,04	43.763.819,42	355.961.082,65
<b>Observações:</b>				

Fonte: Balancetes Contábeis extraídos do SIAFI, referentes aos exercícios de 2007; 2008 e 2009.

A execução dos pagamentos dos valores inscritos em Restos a Pagar visto o grande percentual de inscrição tratar-se de liberação de crédito instalação aos assentados pela reforma agrária no âmbito de jurisdição desta Superintendência Regional alcançou um nível considerado satisfatório de execução, dada a peculiaridade dessas despesas onde faz-se necessário constantes complementações em função do aumento do valor por família no programa ao longo dos exercícios de 2007 a 2009 impactando na permanência desses valores complementares na condição de restos a pagar, basicamente em função dos beneficiários não estarem aplicando os recursos iniciais disponibilizados de maneira ordenada e consistente ensejando inúmeros problemas na execução física desses valores.



Com relação às demais despesas, especificamente as despesas com contratos de execução de obras de infraestrutura, contratos de topografia, contratos de assistência técnica, convênios e outras, as mesmas se realizaram dentro dos períodos previstos, exceto aqueles convênios em cujas execuções se mostraram aquém do acordado pelas partes, por essa razão tiveram seus prazos de vigência prorrogados e mantidos suas inscrições.

Em função do passivo demonstrado de um exercício para outro leva-nos a disponibilizar no orçamento subsequente considerável soma de recursos com despesas correntes para atender principalmente a fiscalização das obras, serviços e convênios, impactando consideravelmente na execução do orçamento do exercício seguinte, além da carência de servidores para atender todas as demandas que se avolumam ao longo dos recentes exercícios.

Acrescentamos no momento que todos os valores constantes da relação de restos a pagar de exercícios anteriores a 2008 tiveram suas autorizações de vigência prorrogadas por Decreto da Presidência da República.

## 6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s) INCRA/SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO PARÁ SR-30									
UG / CNPJ		Denominação							
373037		INCRA/SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO PARÁ SR-30							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contra partida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Situação
							Início	Final	
1	527197	05182233/0001-76	2.471.025,69	384.461,57	2.471.025,69	1.318.228,20	27/10/05	31/03/08	0
1	543845	05572870/0001-59	1.866.104,14	186.610,41	788.037,04	194.018,57	09/01/06	08/02/08	0
1	543846	05572870/0001-59	2.473.793,52	247.379,35	1.087.318,98		09/01/06	08/02/08	0
1	543847	05263116/0001-37	838.375,40	83.837,54	838.375,40	417.750,29	09/01/06	09/09/10	0
1	559981	05263116/0001-37	899.119,73	99.902,19	299.706,57		23/06/06	30/12/07	0
1	560017	05263116/0001-37	1.109.289,13	123.254,35	369.763,04		23/06/06	30/09/07	0
1	560027	01613194/0001-63	1.195.939,93	132.882,21	1.188.118,84		27/06/06	30/12/07	0
1	560057	04838496/0001-28	1.728.396,83	192.044,09	1.152.264,64		26/06/06	31/12/07	0
1	560393	23060866/0001-93	506.142,29	56.238,03	337.428,20		29/06/06	31/12/07	0
1	561745	05131180/0001-64	500.000,00	50.000,00	500.000,00		30/06/06	30/09/07	0
1	561757	05131180/0001-64	500.000,00	50.000,00	375.000,00		29/06/06	31/12/07	0

1	561822	05182233/0001-76	805.625,00	89.514,39	402.812,50		30/06/06	30/09/07	0
1	619104	00627727/0001-01	2.722.716,00	228.045,20	1.513.833,00		08/01/08	08/01/10	0
1	626559	05182233/0001-76	4.394.268,10	439.426,81	2.636.508,63		08/01/09	01/11/09	0
1	626554	01613194/0001-63	3.571.436,14	350.158,17	3.221.277,97	1.539.455,71	08/01/08	31/12/09	0
1	651976	05402797/0001-77	25.872.850,00	2.476.717,12	4.500.000,00		17/12/08	30/11/11	0
1	704135	01613194/0001-63	5.063.016,43	266.474,55	1.687.672,14	1.687.672,14	23/07/09	31/12/09	0
1	704724	05138730/0001-77	1.435.519,59	85.519,59	675.000,00	675.000,00	01/09/09	29/03/10	0
1	704655	05138730/0001-77	1.282.932,08	132.932,08	575.000,00	575.000,00	01/09/09	23/03/10	0

Tendo em vista o passivo contido, tanto na execução, quanto nas análises: técnica, contábil e financeira, referentes aos convênios firmados, no exercício e também em exercícios anteriores, vencidos ou vincendos, no âmbito da disponibilidade de pessoal técnico envolvido nas análises, esta Regional toma os encaminhamentos necessários à regularização das situações de registro apresentadas no SIAF, realizando um acompanhamento mais efetivo das execuções.

Contudo, no decorrer da execução observamos uma diversidade de situações que contribuem para uma significativa promoção de Termos Aditivos juntos aos convênios, dentre elas, a insuficiência de profissionais qualificados, tanto no âmbito não governamental, quanto na esfera municipal, com capacitação específica em gestão de convênios e licitações, e também a insuficiência de máquinas e equipamentos adequados para a execução do objeto; o contingenciamento do recurso orçamentário, bem como o atraso na liberação do recurso financeiro por parte do Incra, ocasionando uma acentuada diminuição no ritmo do objeto, comprometendo o período de execução no exercício, que na Amazônia corresponde ao 2º semestre de cada ano (período com menor índice pluviométrico). Neste contexto há um acúmulo de convênios que permeiam os exercícios de 2007, 2008, e 2009, ainda em execução.

No que diz respeito às Providências Efetivadas para sanear inconsistências em convênios, esta Regional obedece às legislações vigentes e, quando necessário, constitui uma Comissão de Tomada de Contas Especial e delibera, posteriormente, os encaminhamentos pertinentes. .

## **7. Previdência Complementar Patrocinada**

Não houve ocorrência no período.

## **8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos**

Não houve ocorrência no período.

## **9. Renúncias tributárias**

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

## **10. Operações de fundos**

A Superintendência Regional do INCRA/Santarém – SR(30) não possui informações para o presente item visto que no âmbito desta regional não realizamos tais operações.

## **11 A. Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno**

Não houve recomendações do Controle Interno.



## **11B. Determinações e recomendações do TCU**

Não houve determinações e recomendações do Controle Interno

## **12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.**

Ao serem realizados os atos de desligamento de servidores, como exoneração e vacância, e também a concessão de aposentadorias e pensões, tendo sido os processos instruídos nesta Regional e os atos assinados pelo Superintendente Regional, esta Superintendência não efetua até o presente momento o envio de tais processos aos órgãos de controle, CGU e TCU, por não haver condições para a utilização do sistema SISAC, tais como: código para o município de Santarém, e até mesmo treinamento de pessoal para operar o referido sistema.

Quanto às admissões, não houve nomeação de novos servidores no exercício de 2009, tendo havido apenas a nomeação de servidores sem vínculo para ocupar Cargos de Provimento em Comissão.

### **13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV**

Declaro para fins no disposto pelo art. 19 da Lei 11.768, de 14 de agosto de 2008, que as informações referentes a contratos, bem como sobre Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria firmados no âmbito da Superintendência Regional do INCRA/Santarém – SR(30), estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV.

#### **14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão**

A Superintendência Regional de Santarém– SR(30) nos últimos exercícios financeiros priorizou o atendimento das comunidades dos projetos de assentamento, reservas agroextrativistas e varzeas, considerando as dificuldades de acesso aos mesmos, onde faz-se necessário a realização de despesas com aquisição de materiais como combustível e autopeças para manutenção das viaturas e barcos, bem como contratação de balsas para travessia das viaturas nos rios e igarapés para cobertura dos trechos percorridos pelas equipes de servidores deslocados para trabalhos de levantamento da área, cadastramento e pagamento de créditos. Dessa forma é necessária a utilização do cartão corporativo na modalidade saque, pois nessas comunidades não existe a possibilidade de operação com o cartão na modalidade fatura, razão pela qual apresentamos um gasto expressivo nessa modalidade, fragilizando nossa execução em função do limite percentual de autorização para utilização da modalidade.

Diante do exposto, consideramos primordial a elevação do limite percentual de execução da movimentação dos cartões corporativos na modalidade saque, visto que perdurando a situação atual, fatalmente irá inviabilizar a execução de nossa meta para os exercícios futuros.

## **15. Informações Contábeis da Gestão**

### **1. Declaração do contador**

#### **DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL**

Declaro que os demonstrativos contábeis do Sistema SIAFI (Balanços, Financeiro, Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, previstos na Lei 4.320 de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária. Financeira e Patrimonial desta Superintendência que apresenta contas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Santarém, 12 de março de 2010.

ELIAS ANDRE DA SILVA

Contador/CRC-PA/Nº/2.304

Incra/SR-30/Pa

## 16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	INDICADOR
<b>Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária</b>								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Superfície ocupada por imóveis cadastrados</b> – Disponíveis no SNCR.</li> <li>• <b>Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha)</b> – Conforme disponível em <a href="http://www.ibge.gov.br">www.ibge.gov.br</a>.</li> </ul>	• <b>34,0%</b>
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício</b> – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais.</li> <li>• <b>Número de processos de certificação protocolados no exercício</b> – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.</li> </ul>	• <b>11,11%</b>
Índice de Regularização	Indica o percentual de imóveis regularizados e	Superintendência	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Número de imóveis regularizados e titulados</b> – Conforme sistema SISPROT, SIR</li> </ul>	• <b>17,52%</b>

Fundiária	titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Regional/ Brasil				no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	e SISTERLEG. • <b>Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado</b> – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	
-----------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------	--	--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	INDICADOR
• Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício, dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras</b> – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR.</li> <li>• <b>Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto</b> – SIR e SIPRA.</li> </ul>	• 0%
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação), multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada</b> – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.</li> <li>• <b>Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida</b> – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.</li> </ul>	• 78,60%
Índice de Projetos de	Indica o percentual de PA(s) com licença	Superintendência Regional/	Resultado	Por	Porcentagem	(número de assentamentos de com	• <b>Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença</b>	• 13,55%



Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	INDICADOR
Assentamentos com licença ambientais em vigor	ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Brasil		exercício		Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação), multiplicado por 100.	<b>ambiental em vigor</b> – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. <b>• Quantidade total de PA(s) federais</b> – Sipra.	

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	INDICADOR
<b>Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento</b>								
Índice de acesso à água para consumo doméstico	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício</b> – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;</li> <li>• <b>Quantidade total de famílias assentadas no exercício</b> – Sipra.</li> </ul>	• 0%
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra, dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR</b></li> <li>• <b>Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados</b> – Sipra.</li> </ul>	• 0%
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício,	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício</b> – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência</li> </ul>	• 0%

escoamento da produção até as unidades produtivas	permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.					de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. • <b>Número total de famílias assentadas no exercício</b> – Sipra.	
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício no nível de agregação) multiplicada por 100.	• <b>Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício</b> – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • <b>Número de famílias assentadas no exercício</b> – Conforme constante do Sistema Sipra.	• <b>39,13%</b>
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	• <b>Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício</b> – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	• <b>264</b>
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	• <b>Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica</b> – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; • <b>Número de famílias dos</b>	• <b>17,91%</b>

							<b>PA(s)</b> – Conforme constante do Sistema Sipra.	
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem)	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	Valor monetário gerado pelas atividades produtivas - A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES(página 21) disponível em <a href="http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf">http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf</a> em 22/04/2008, ou norma que substituí-la	• <b>0%</b>
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Quantidade de parcelas fiscalizadas</b> – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR.</li> <li>• <b>Quantidade total de parcelas por nível de agregação</b> – Sistema SIPRA/SIR.</li> </ul>	• <b>3,70%</b>
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período</b> – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.</li> </ul>	• <b>07</b>

Índice de consolidação de assentamentos	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	<b>Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001</b> – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica.  <b>Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA</b> – Sipra.	<b>3,42%</b>
-----------------------------------------	----------------------------------------------------	----------------------------------	-----------	---------------	-------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	INDICADOR
-----------	-----------	-----------	---------------	---------------	---------	---------	-------	-----------

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	INDICADOR
• Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	• quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	24,17%
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	• número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	13%
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício/Quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício)multiplicado por 100.	• SIAFI e SICONV	37,50%

ANEXO DO ITEM 15 (página nº. 117)



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373037/37201 - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SANTARÉM - SR-30
ÓRGÃO SUPERIOR	46000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
EMIÇÃO 29/03/2010	PÁGINA 1

RECEITA					DESPESA				
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADACÃO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
					CRÉDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	0,00	149.105.923,53	-149.105.923,53
					DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	16.420.700,27	-16.420.700,27
					PESSOAL E ENCARGOS SOCI	0,00	0,00	4.911,27	-4.911,27
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	0,00	16.415.789,00	-16.415.789,00
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	132.685.223,26	-132.685.223,26
					INVESTIMENTOS	0,00	0,00	24.339.623,26	-24.339.623,26
					INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	108.345.600,00	-108.345.600,00
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	0,00	149.105.923,53	-149.105.923,53



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373037137201 - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SANTARÉM - SR-30
ÓRGÃO SUPERIOR	40000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
EMISSION 29/03/2010	PÁGINA 2

TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADAÇÃO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
					MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO				
					CRÉDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0,00	149.291.420,49	125.013,50	149.166.406,99
					DESPESAS CORRENTES	0,00	16.806.197,23	125.013,50	16.461.183,73
					PESSOAL E ENCARGOS SOC	0,00	6.135,09	0,00	6.135,09
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	16.800.062,14	125.013,50	16.475.048,64
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	132.685.223,26	0,00	132.685.223,26
					INVESTIMENTOS	0,00	24.339.623,26	0,00	24.339.623,26
					INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	108.345.600,00	0,00	108.345.600,00
SUBTOTAL II					SUBTOTAL II	0,00	149.291.420,49	125.013,50	149.166.406,99
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA SUB-REPASSE	149.291.420,49	149.291.420,49	21.863.794,49	127.427.626,00					
TOTAL	149.291.420,49	149.291.420,49	21.863.794,49	127.427.626,00	TOTAL	0,00	149.291.420,49	149.230.937,03	60.483,46
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	127.367.142,54	-127.367.142,54	SUPERÁVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	149.291.420,49	149.291.420,49	149.230.937,03	60.483,46	TOTAL GERAL	0,00	149.291.420,49	149.230.937,03	60.483,46





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTITULO	373037/37201 - SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE SANTAREM - SR-30		2009		DEZ(FECHADO)	
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO		EMISSAO		PAGINA	
			29/03/2010		1	
INGRESSOS			DISPENDIOS			
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008	
RECEITAS CORRENTES	106.154,95	17.354,22	DESPESAS CORRENTES	16.545.713,77	20.902.274,74	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	106.154,95	17.354,22	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.911,27	3.348,41	
DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.444,29	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.500.802,50	20.822.504,23	
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	23.072.786,61	10.302.065,61	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	3.269.800,00	6.254.050,00	
TRANSFERENCIAS ORÇAMENTARIAS	21.866.866,07	10.302.065,61	OUTRAS DESPESAS	13.231.002,50	14.568.454,23	
SUB-REPASSE RECEBIDO	21.836.535,64	10.273.582,94	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO	40.000,00	76.422,10	
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	21.836.535,64	10.273.582,94	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.000,00	76.422,10	
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	30.330,43	28.482,67	DESPESAS DE CAPITAL	132.685.223,26	217.857.903,95	
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	1.205.920,54	0,00	INVESTIMENTOS	24.339.623,26	37.334.793,95	
ORDEN DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	1.179.491,00	0,00	INVERSOES FINANCEIRAS	108.345.600,00	180.523.200,00	
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.169.491,00	0,00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	11.733.058,61	586.673,31	
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	10.000,00	0,00	TRANSFERENCIAS ORÇAMENTARIAS	3.071,58	30.330,43	
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	26.429,54	0,00	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	3.071,58	30.330,43	
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	1.011.616.526,33	646.883.008,75	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	11.729.987,23	556.342,88	
VALORES EM CIRCULAÇÃO	287.052.544,86	70.541.468,48	ORDEN DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	11.599.847,03	538.988,66	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	287.052.544,86	70.541.228,67	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	712.504,50	538.988,66	
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	0,00	239,61	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	10.887.342,53	0,00	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	3.071,58	30.330,43	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	130.140,20	17.354,22	
VALORES DIFERIDOS	3.071,58	30.330,43	DISPENDIOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	673.829.027,76	417.855.486,58	
DEPOSITOS	0,00	2.482,22	VALORES EM CIRCULAÇÃO	350.503.696,30	287.052.544,86	
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00	2.482,22	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	350.503.696,30	287.052.544,86	
OBRIGACOES EM CIRCULAÇÃO	380.044.602,96	293.167.661,95	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	30.330,43	28.482,67	
FORNECEDORES	675.000,00	111.226,01	VALORES DIFERIDOS	30.330,43	28.482,67	
DO EXERCICIO	0,00	626,10	DEPOSITOS	2.482,22	709,47	
DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	110.599,91	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	2.482,22	709,47	
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	675.000,00	0,00	OBRIGACOES EM CIRCULAÇÃO	287.019.752,21	70.512.276,34	
RESTOS A PAGAR	378.279.957,96	291.961.927,66	FORNECEDORES	111.226,01	110.599,91	
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	348.735.979,72	285.814.118,12	DE EXERCICIOS ANTERIORES	111.226,01	110.599,91	
CANCELADO	29.543.978,24	6.147.809,74	RPS NAO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	285.814.118,12	69.550.220,59	
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	1.089.600,00	1.089.600,00	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	1.089.600,00	845.200,00	
EM CONTRATOS	1.089.600,00	1.089.600,00	EM CONTRATOS	1.089.600,00	845.200,00	
VALORES EM TRANSITO	0,00	400,00	VALORES EM TRANSITO	400,00	1.847,76	
OUTROS DEBITOS	45,00	4.408,08	OUTROS DEBITOS	4.408,08	4.408,08	
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	344.516.306,93	283.141.185,67	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	236.272.786,60	60.261.473,24	
INCORPORACAO DE DIREITOS	344.494.000,04	283.060.137,91	BAIXA DE DIREITOS	236.272.786,60	60.261.473,24	
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	344.494.000,04	283.060.137,91	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	236.272.786,60	60.261.473,24	
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	22.306,89	81.047,76				
EXERCICIOS ANTERIORES	22.306,89	81.047,76				
INGRESSOS	1.034.793.023,60	657.202.428,58	DISPENDIOS	1.034.793.023,60	657.202.428,58	



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373037/37201 - SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE SANTAREM - SR-30
ÓRGÃO SUPERIOR	40000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
EMIÇÃO 29/03/2010	PÁGINA 1

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
ATIVO FINANCEIRO	350.503.696,30	287.052.544,86	PASSIVO FINANCEIRO	350.503.696,30	287.052.544,86
CREDITOS EM CIRCULACAO	350.503.696,30	287.052.544,86	DEPOSITOS	0,00	2.482,22
LIMITE DE SAQUE CIVIC DE PAGAMENTO	6.000.696,26	3.992.406,95	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00	2.482,22
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	344.494.000,04	283.060.137,91	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	350.500.624,72	287.019.752,21
ATIVO NAO FINANCEIRO	-180.131.232,50	-157.284.793,03	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	675.045,00	115.634,09
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-339.048.219,52	-283.021.480,15	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	0,00	808,10
CREDITOS EM CIRCULACAO	-339.187.390,09	-283.067.505,51	FORNECEDORES - DE EXERC ANTERIORES	0,00	110.599,91
RECURSOS A RECEBER PYPAGTO DE RP-RETIFIC	-344.494.000,04	-283.060.137,91	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	45,00	4.408,08
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	5.308.243,10	2.436,50	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	675.000,00	0,00
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	366,85	195,90	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	348.735.979,72	285.814.118,12
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	130.170,57	98.025,36	A LIQUIDAR	348.735.979,72	285.814.118,12
ESTOQUES	130.170,57	98.025,36	CREDORES DIVERSOS	1.089.600,00	1.089.600,00
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	122.571.680,26	114.270.880,26	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	0,00	400,00
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	122.571.680,26	114.270.880,26	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	3.071,58	30.330,43
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	122.569.445,00	114.268.645,00	VALORES DIFERIDOS	3.071,58	30.330,43
CREDITOS A RECEBER	2.235,26	2.235,26	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-348.735.979,72	-285.814.118,12
PERMANENTE	36.345.306,76	11.465.806,86	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-348.735.979,72	-285.814.118,12
IMOBILIZADO	36.343.071,50	11.463.571,60	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-348.735.979,72	-285.814.118,12
BENS MOVEIS E IMOVEIS	36.343.071,50	11.463.571,60	PASSIVO REAL	1.767.716,58	1.238.426,74
INTANGIVEL	2.235,26	2.235,26	PATRIMONIO LIQUIDO	168.604.747,22	128.529.325,09
ATIVO REAL	170.372.463,80	129.767.751,83	PATRIMONIOCAPITAL	128.529.325,09	190.785.726,99
			PATRIMONIO	128.529.325,09	190.785.726,99
			RESULTADO DO PERIODO	40.075.422,13	-62.256.401,00
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	170.372.463,80	129.767.751,83
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-130.297.041,67	-192.034.153,73
ATIVO COMPENSADO	71.200.297,84	33.832.018,72	PASSIVO COMPENSADO	71.200.297,84	33.832.018,72
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	71.200.297,84	33.832.018,72	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	71.200.297,84	33.832.018,72
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	277.066,86	0,00	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	277.066,86	0,00
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	68.257.915,15	32.255.025,02	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	68.257.915,15	32.255.025,02
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	2.450.627,60	1.416.259,77	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	2.450.627,60	1.416.259,77
OUTRAS COMPENSACOES	214.688,23	160.733,93	COMPENSACOES DIVERSAS	214.688,23	160.733,93
ATIVO	241.572.781,64	163.599.770,55	PASSIVO	241.572.781,64	163.599.770,55



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373037/37201 - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SANTARÉM - SR-30
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO 2009	MÊS DEZ(FECHADO)
EMISSION 29/03/2010	PÁGINA 1

VARIAÇÕES ATIVAS			VARIAÇÕES PASSIVAS		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
ORÇAMENTARIAS	182.766.503,88	241.746.840,53	ORÇAMENTARIAS	149.338.879,66	238.847.586,95
RECEITAS CORRENTES	106.154,95	17.354,22	DESPESAS CORRENTES	18.545.713,77	20.902.274,74
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	106.154,95	17.354,22	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.911,27	3.348,41
DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.444,29	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.500.802,50	20.822.504,23
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	21.866.866,07	10.302.065,61	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	40.000,00	76.422,10
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	21.866.866,07	10.302.065,61	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.000,00	76.422,10
SUB-REPASSE RECEBIDO	21.836.535,64	10.273.582,94	DESPESAS DE CAPITAL	132.685.223,26	217.857.993,95
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	30.330,43	28.482,67	INVESTIMENTOS	24.339.623,26	37.334.793,95
MUTUAÇÕES ATIVAS	140.795.927,15	231.427.420,70	INVERSOES FINANCEIRAS	108.345.600,00	180.523.200,00
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	11.596.405,06	2.880.907,46	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	3.071,58	30.330,43
AQUISICÕES DE BENS	1.888.290,91	1.251.483,13	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	3.071,58	30.330,43
INCORPORAÇÃO DE CRÉDITOS	9.708.114,15	1.629.424,33	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	3.071,58	30.330,43
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	129.196.522,09	228.546.513,24	MUTUAÇÕES PASSIVAS	104.871,05	56.987,83
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	686.881.877,94	292.215.516,65	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	104.871,05	56.987,83
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	2.921.178,23	1.353.219,08	LIQUIDAÇÃO DE CRÉDITOS	104.871,05	56.987,83
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	1.715.257,69	1.353.219,08	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	960.234.080,09	357.371.172,13
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.179.491,00	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	12.067.075,76	1.099.670,08
MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO	26.429,54	0,00	TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	337.088,53	543.327,20
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	683.960.690,71	290.982.297,57	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	11.599.847,03	538.988,66
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	654.394.414,58	284.633.440,07	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO	130.140,20	17.354,22
INCORPORAÇÃO DE BENS IMOVEIS	22.522.929,88	704.263,05	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	648.167.004,27	358.271.502,05
INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS	254.457,90	269.682,39	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	581.880.906,64	343.988.886,34
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	631.617.026,80	283.569.494,83	BAIXA DE BENS MOVEIS	1.052.765,60	640.714,37
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	29.566.285,13	6.228.857,50	BAIXA DE DIREITOS	580.828.141,04	343.339.171,97
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	62.256.401,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	66.277.660,49	12.282.615,71
DÉFICIT	0,00	62.256.401,00	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.437,14	0,00
			AJUSTES NÃO FINANCEIROS	8.437,14	0,00
			RESULTADO PATRIMONIAL	40.075.422,13	0,00
			SUPERÁVIT	40.075.422,13	0,00
VARIAÇÕES ATIVAS	649.648.381,82	596.218.759,08	VARIAÇÕES PASSIVAS	649.648.381,82	596.218.759,08



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS				EXERCICIO 2009		MES DEZ(FECHADO)		
SUBTITULO	373032/37201 - PROJETO FUNDIARIO ALTAMIRA-ALTAMIRAPA				EMISSAO 26/03/2010		PAGINA 1		
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO								
RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	0,00	675.996,08	-675.996,08
					DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	645.463,08	-645.463,08
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	0,00	645.463,08	-645.463,08
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	30.533,00	-30.533,00
					INVESTIMENTOS	0,00	0,00	30.533,00	-30.533,00
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	0,00	675.996,08	-675.996,08





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS								EXERCICIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
SUBTITULO	373032/37201 - PROJETO FUNDIARIO ALTAMIRA-ALTAMIRA/PA								EMISSAO 26/03/2010	PAGINA 2
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO									
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADAÇÃO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA	
					MOVIMENTACAO DE CREDITO					
					CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0,00	689.061,28	13.000,00	676.061,28	
					DESPESAS CORRENTES	0,00	658.528,28	13.000,00	645.528,28	
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	658.528,28	13.000,00	645.528,28	
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	30.533,00	0,00	30.533,00	
					INVESTIMENTOS	0,00	30.533,00	0,00	30.533,00	
SUBTOTAL II					SUBTOTAL II	0,00	689.061,28	13.000,00	676.061,28	
MOVIMENTACAO FINANCEIRA SUB-REPASSE	689.061,28	689.061,28	10.661,74	678.399,54						
TOTAL	689.061,28	689.061,28	10.661,74	678.399,54	TOTAL	0,00	689.061,28	688.996,08	65,20	
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	678.334,34	-678.334,34	SUPERAVIT TOTAL					
TOTAL GERAL	689.061,28	689.061,28	688.996,08	65,20	TOTAL GERAL	0,00	689.061,28	688.996,08	65,20	



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373032/37201 - PROJETO FUNDIÁRIO ALTAMIRA-ALTAMIRA/PA
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO 2010	MES DEZ(ABERTO)
EMISSION 26/03/2010	PAGINA 1

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
TÍTULOS	2010	2009	TÍTULOS	2010	2009
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	105.181,27	738.270,41	DESPESAS CORRENTES	53.399,52	658.463,08
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	35.104,17	45.765,91	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	53.399,52	657.764,28
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	35.104,17	45.765,91	OUTRAS DESPESAS	53.399,52	657.764,28
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	70.077,10	692.504,50	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	0,00	698,80
ORDEN DE TRANSFERÊNCIA RECEBIDA	70.077,10	692.504,50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	698,80
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	70.077,10	692.504,50	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	30.533,00
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	47.597,96	147.598,11	INVESTIMENTOS	0,00	30.533,00
VALORES EM CIRCULAÇÃO	41.709,49	90.980,24	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	0,00	64.182,71
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	41.709,49	90.980,24	TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	0,00	35.104,17
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	35.104,17	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	0,00	35.104,17
VALORES DIFERIDOS	0,00	35.104,17	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	29.078,54
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	5.888,47	21.513,70	ORDEN DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	0,00	29.078,54
RESTOS A PAGAR	5.888,47	21.513,70	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	0,00	6.900,00
NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	5.888,47	8.940,88	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	0,00	22.178,54
CANCELADO	0,00	12.572,82	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	96.379,71	132.689,73
			VALORES EM CIRCULAÇÃO	55.334,66	41.709,49
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	55.334,66	41.709,49
			VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	35.104,17	45.765,91
			VALORES DIFERIDOS	35.104,17	45.765,91
			OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	8.940,88	45.214,33
			RP'S NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	8.940,88	45.214,33
INGRESSOS	152.779,23	685.868,52	DISPÊNDIOS	152.779,23	685.868,52



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373032/97201 - PROJETO FUNDIÁRIO ALTAMIRA-ALTAMIRA/PA
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
EMIÇÃO 25/03/2010	PÁGINA 1

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
ATIVO FINANCEIRO	41.709,49	90.980,24	PASSIVO FINANCEIRO	44.045,05	90.980,24
CREDITOS EM CIRCULACAO	41.709,49	90.980,24	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	8.940,88	45.214,33
LIMITE DE SAQUE CMVNC DE PAGAMENTO	41.709,49	90.980,24	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	8.940,88	45.214,33
ATIVO NAO FINANCEIRO	5.435.021,44	5.059.831,51	A LIQUIDAR	8.940,88	45.214,33
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	17.724,93	7.116,53	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	35.104,17	45.765,91
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	17.724,93	7.116,53	VALORES DIFERIDOS	35.104,17	45.765,91
ESTOQUES	17.724,93	7.116,53	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-8.940,88	-45.214,33
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	3.916.125,00	3.916.125,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-8.940,88	-45.214,33
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	3.916.125,00	3.916.125,00	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-8.940,88	-45.214,33
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	3.916.125,00	3.916.125,00	PASSIVO REAL	35.104,17	45.765,91
PERMANENTE	1.501.171,51	1.136.589,98	PATRIMONIO LIQUIDO	5.441.626,76	5.105.045,84
IMOBILIZADO	1.501.171,51	1.136.589,98	PATRIMONIO/CAPITAL	5.105.045,84	4.516.553,54
BENS MOVEIS E IMOVEIS	1.501.171,51	1.136.589,98	PATRIMONIO	5.105.045,84	4.516.553,54
ATIVO REAL	5.476.730,93	5.150.811,75	RESULTADO DO PERIODO	336.580,92	588.492,30
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	5.476.730,93	5.150.811,75
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-5.140.150,01	-4.562.319,45
ATIVO COMPENSADO	5.632,70	3.843,10	PASSIVO COMPENSADO	5.632,70	3.843,10
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	5.632,70	3.843,10	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	5.632,70	3.843,10
OUTRAS COMPENSACOES	5.632,70	3.843,10	COMPENSACOES DIVERSAS	5.632,70	3.843,10
ATIVO	5.482.363,63	5.154.654,85	PASSIVO	5.482.363,63	5.154.654,85



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373032/37201 - PROJETO FUNDIÁRIO ALTAMIRA-ALTAMIRAPÁ
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO 2010	MES DEZ(ABERTO)
EMIÇÃO 25/03/2010	PÁGINA 1

VARIAÇÕES ATIVAS			VARIAÇÕES PASSIVAS		
TÍTULOS	2010	2009	TÍTULOS	2010	2009
ORÇAMENTARIAS	35.104,17	136.846,40	ORÇAMENTARIAS	53.309,52	724.100,25
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	35.104,17	45.765,91	DESPESAS CORRENTES	53.309,52	658.463,08
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	35.104,17	45.765,91	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	53.309,52	657.764,28
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	35.104,17	45.765,91	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	0,00	698,80
MUTUACÕES ATIVAS	0,00	91.080,49	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	698,80
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	0,00	83.137,35	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	30.533,00
AQUISICÕES DE BENS	0,00	83.137,35	INVESTIMENTOS	0,00	30.533,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	7.943,14	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	35.104,17
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	73.117,10	1.081.557,91	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00	35.104,17
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	70.077,10	1.029.593,03	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	0,00	35.104,17
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	0,00	337.088,53	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	3.052,41	157.723,14
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	70.077,10	892.504,50	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	29.078,54
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	3.040,00	51.984,88	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00	29.078,54
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	3.040,00	39.392,06	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	3.052,41	128.844,60
INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS	3.040,00	37.802,46	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	0,00	78.469,32
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	0,00	1.789,60	BAIXA DE BENS MÓVEIS	0,00	78.679,72
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	12.572,82	BAIXA DE DIREITOS	0,00	1.789,60
DEFICIT			INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	3.052,41	44.216,59
			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	5.958,69
			AJUSTES NÃO FINANCEIROS	0,00	5.958,69
			RESULTADO PATRIMONIAL	51.769,34	336.580,92
			SUPERÁVIT	51.769,34	336.580,92
VARIAÇÕES ATIVAS	108.221,27	1.218.404,31	VARIAÇÕES PASSIVAS	108.221,27	1.218.404,31